O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIAÇÃO SOBRE A COMPANHIA , SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01835-0	**AES TIETÊ S.A.**	**02.998.609/0001-27**
4 - NIRE		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO				2 - BAIRRO OU DISTRITO	
Rua Lourenço Marques,158 1o. andar				Vila Olímpia	
3 - CEP	4 - MUNICÍPIO				5 - UF
04547-100	São Paulo				SP
6 - DDD	7 - TELEFONE	8 - TELEFONE	9 - TELEFONE	10 - TELEX	
011	2195-2306	-	-		
11 - DDD	12 - FAX	13 - FAX	14 - FAX		
	-	-	-		
15 - E-MAIL					
acruschmann@aesc.com					

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME					
Andrea Cristina Ruschmann					
2 - ENDEREÇO COMPLETO				3 - BAIRRO OU DISTRITO	
Rua Lourenço Marques,158 1o. andar				Vila Olímpia	
4 - CEP	5 - MUNICÍPIO				6 - UF
04547-100	São Paulo				SP
7 - DDD	8 - TELEFONE	9 - TELEFONE	10 - TELEFONE	11 - TELEX	
011	2195-2306	-	-		
12 - DDD	13 - FAX	14 - FAX	15 - FAX		
	-	-	-		
16 - E-MAIL					
acruschmann@aesc.com					

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO	1 - DATA DE INÍCIO DO EXERCÍCIO SOCIAL	2 - DATA DE TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL
1 - Último	01/01/2004	31/12/2004
2 - Penúltimo	01/01/2003	31/12/2003
3 - Antepenúltimo	01/01/2002	31/12/2002

4 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR	5 - CÓDIGO CVM
ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S.S.	00471-5
6 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO	7 - CPF DO RESP. TÉCNICO
AURIVALDO COIMBRA DE OLIVEIRA	270.967.698-20

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01835-0	AES TIETÊ S.A.	02.998.609/0001-27

01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Número de Ações (Mil)	1 31/12/2004	2 31/12/2003	3 31/12/2002
Do Capital Integralizado			
1 - Ordinárias	48.541.652	48.541.652	48.541.652
2 - Preferenciais	45.156.610	45.156.610	45.156.610
3 - Total	93.698.262	93.698.262	93.698.262
Em Tesouraria			
4 - Ordinárias	0	0	0
5 - Preferenciais	0	0	0
6 - Total	0	0	0

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - TIPO DE EMPRESA
Empresa Comercial, Industrial e Outras
2 - TIPO DE SITUAÇÃO
Operacional
3 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO
Privada Nacional
4 - CÓDIGO ATIVIDADE
112 - Energia elétrica
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL
GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA
6 - TIPO DE CONSOLIDADO
Total

01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1 - ÍTEM	2 - CNPJ	3 - DENOMINAÇÃO SOCIAL

01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO

1 - ÍTEM	2 - EVENTO	3 - APROVAÇÃO	4 - PROVENTO	5 - INÍCIO PGTO.	6 - ESPÉCIE E CLASSE DE AÇÃO	7 - VALOR DO PROVENTO P/ AÇÃO
01	AGO	27/04/2004	Dividendo	21/05/2004	ON	0,0008902510
02	AGO	27/04/2004	Dividendo	21/05/2004	PN	0,0009792760
03	RCA	19/07/2004	Dividendo	10/08/2004	ON	0,0006783700
04	RCA	19/07/2004	Dividendo	10/08/2004	PN	0,0007462070
05	RCA	10/11/2004	Dividendo	01/12/2004	ON	0,0002360540
06	RCA	10/11/2004	Dividendo	01/12/2004	PN	0,0002596590
07	RCA	10/11/2004	Juros Sobre Capital Próprio	01/12/2004	ON	0,0004378200
08	RCA	10/11/2004	Juros Sobre Capital Próprio	01/12/2004	PN	0,0004816020
09	RCA	10/11/2004	Dividendo	01/12/2004	ON	0,0006783700

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01835-0	AES TIETÊ S.A.	02.998.609/0001-27

10	RCA	10/11/2004	Dividendo	01/12/2004	PN	0,0007462070

01.09 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - DATA	2 - ASSINATURA
14/01/2005	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01835-0	AES TIETÊ S.A.	02.998.609/0001-27

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2004	4 - 31/12/2003	5 - 31/12/2002
1	Ativo Total	2.333.753	2.236.912	2.243.030
1.01	Ativo Circulante	743.056	568.272	287.827
1.01.01	Disponibilidades	489.419	266.183	72.559
1.01.02	Créditos	166.977	200.337	153.811
1.01.02.01	Revendedores	76.419	105.420	126.358
1.01.02.02	Contas a Receber de Partes Relacionadas	90.558	94.917	27.453
1.01.03	Estoques	1.185	957	1.138
1.01.04	Outros	85.475	100.795	60.319
1.01.04.01	Tributos e Contribuições Sociais	65.506	62.588	28.211
1.01.04.02	Despesas Pagas Antecipadamente	2.323	1.509	97
1.01.04.03	Outros Créditos	6.219	6.776	6.543
1.01.04.04	Tributos a Recuperar	11.427	29.922	25.468
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	281.492	317.526	528.516
1.02.01	Créditos Diversos	256.339	293.831	438.000
1.02.01.01	Tributos e Contrib.Sociais Diferidos	4.724	53.843	123.852
1.02.01.02	Tributos a Recuperar	161.938	153.371	184.066
1.02.01.03	Revendedores	89.677	86.617	130.082
1.02.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	19.132	67.628
1.02.02.01	Com Coligadas	0	19.132	67.628
1.02.02.02	Com Controladas	0	0	0
1.02.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.03	Outros	25.153	4.563	22.888
1.02.03.01	Cauções e Depósitos Vinculados	7.868	3.985	21.882
1.02.03.02	Outros Créditos	17.285	578	1.006
1.03	Ativo Permanente	1.309.205	1.351.114	1.426.687
1.03.01	Investimentos	8.088	8.199	8.714
1.03.01.01	Participações em Coligadas	0	0	0
1.03.01.02	Participações em Controladas	0	0	0
1.03.01.03	Outros Investimentos	8.088	8.199	8.714
1.03.02	Imobilizado	1.277.997	1.323.352	1.401.603
1.03.02.01	Imobilizado em Serviço	1.250.942	1.308.523	1.367.813
1.03.02.02	Imobilizado em Curso	27.055	14.829	33.790
1.03.03	Diferido	23.120	19.563	16.370

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01835-0	AES TIETÊ S.A.	02.998.609/0001-27

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2004	4 - 31/12/2003	5 - 31/12/2002
2	Passivo Total	2.333.753	2.236.912	2.243.030
2.01	Passivo Circulante	347.518	280.670	384.104
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	129.552	105.854	81.817
2.01.01.01	Empréstimos e Financiamentos	123.481	99.774	76.912
2.01.01.02	Encargos de Dívidas	6.071	6.080	4.905
2.01.02	Debêntures	0	0	0
2.01.03	Fornecedores	47.409	45.830	268.626
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	47.986	5.291	4.747
2.01.05	Dividendos a Pagar	77.945	87.668	163
2.01.06	Provisões	30.845	24.421	19.042
2.01.06.01	Folha de Pagamento	1.105	391	578
2.01.06.02	Obrigações Estimadas	10.817	4.752	2.874
2.01.06.03	Provisões para litígios e contingências	18.923	19.278	15.590
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	0
2.01.08	Outros	13.781	11.606	9.709
2.01.08.01	Obrigações com a Fundação Cesp	6.241	5.230	4.932
2.01.08.02	Encargos do Consumidor a Recolher	7.540	6.376	4.777
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	1.527.915	1.512.500	1.424.953
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.449.930	1.408.758	1.391.677
2.02.01.01	Obrigações com a Fundação Cesp	18.914	25.850	27.428
2.02.01.02	Empréstimos e Financiamentos	1.431.016	1.382.908	1.364.249
2.02.02	Debêntures	0	0	0
2.02.03	Provisões	16.193	14.423	33.276
2.02.03.01	Provisões para Contingências	16.193	12.829	33.276
2.02.03.02	Obrigações Estimadas	0	1.594	0
2.02.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	0
2.02.05	Outros	61.792	89.319	0
2.02.05.01	Fornecedores	61.792	89.319	0
2.02.05.02	Obrigações Especiais	0	0	0
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0	0
2.05	Patrimônio Líquido	458.320	443.742	433.973
2.05.01	Capital Social Realizado	147.416	147.416	147.416
2.05.02	Reservas de Capital	286.557	286.557	286.557
2.05.02.01	Doações e Subv. p/Investimentos - CRC	0	0	0
2.05.02.02	Doações e Subv. p/Investimentos - CMC.90	2.204	2.204	2.204
2.05.02.03	Remuneração Imob.Curso Capital Próprio	17.613	17.613	17.613
2.05.02.04	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	266.740	266.740	266.740
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas	0	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	24.347	9.769	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01835-0	AES TIETÊ S.A.	02.998.609/0001-27

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -31/12/2004	4 -31/12/2003	5 -31/12/2002
2.05.04.01	Legal	0	0	0
2.05.04.02	Estatutária	0	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	0	0	0
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0	0
2.05.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01835-0	AES TIETÊ S.A.	02.998.609/0001-27

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2004 a 31/12/2004	4 - 01/01/2003 a 31/12/2003	5 - 01/01/2002 a 31/12/2002
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	1.050.231	815.309	595.272
3.01.01	Suprimento e transporte de energia	1.048.231	813.673	594.435
3.01.02	Outras receitas	2.000	1.636	837
3.02	Deduções da Receita Bruta	(69.457)	(36.467)	(25.967)
3.02.01	Quota para Reserva Global de Reversão	0	0	0
3.02.02	Energia comprada para repasse - Itaipu	0	0	0
3.02.03	Outros	(69.457)	(36.467)	(25.967)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	980.774	778.842	569.305
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(234.716)	(202.583)	(182.668)
3.04.01	Energia Comprada para Repasse - Itaipu	0	0	0
3.04.02	Pessoal	(15.814)	(13.518)	(13.777)
3.04.03	Material	(1.847)	(2.144)	(2.249)
3.04.04	Serviços de Terceiros	(11.551)	(8.224)	(17.446)
3.04.05	Compensação Financ.p/Utiliz.Rec.Hídricos	(35.535)	(32.438)	(24.183)
3.04.06	Energia Elétrica Comprada para Revenda	(78.068)	(58.124)	(43.502)
3.04.07	Depreciação	(63.176)	(63.877)	(63.086)
3.04.08	Provisões Operacionais	0	(7)	(439)
3.04.11	Seguros	(5.834)	(3.142)	(1.480)
3.04.12	Outras Despesas	(22.891)	(21.109)	(16.506)
3.05	Resultado Bruto	746.058	576.259	386.637
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(326.312)	(279.849)	(391.028)
3.06.01	Com Vendas	0	0	0
3.06.02	Gerais e Administrativas	(26.471)	(22.966)	(7.070)
3.06.03	Financeiras	(293.216)	(251.161)	(379.893)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	35.178	16.032	45.702
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(328.394)	(267.193)	(425.595)
3.06.03.02.01	Despesas Financeiras	(157.585)	(142.188)	(131.150)
3.06.03.02.02	Variações Monetárias/Cambiais - líquidas	(170.809)	(125.005)	(294.445)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(5.504)	(5.212)	(3.890)
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	(1.121)	(510)	(175)
3.07	Resultado Operacional	419.746	296.410	(4.391)
3.08	Resultado Não Operacional	13	(23.689)	569
3.08.01	Receitas	59	403	672
3.08.02	Despesas	(46)	(24.092)	(103)
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	419.759	272.721	(3.822)
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(85.209)	(25.250)	0
3.10.01	Contribuição Social	(22.907)	(6.317)	0
3.10.02	Imposto de Renda	(62.302)	(18.933)	0
3.11	IR Diferido	(43.038)	(52.100)	1.300
3.11.01	IR Diferido	(31.335)	(37.901)	956

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01835-0	AES TIETÊ S.A.	02.998.609/0001-27

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -01/01/2004 a 31/12/2004	4 -01/01/2003 a 31/12/2003	5 -01/01/2002 a 31/12/2002
3.11.02	CSSL Diferida	(11.703)	(14.199)	344
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Exercício	291.512	195.371	(2.522)
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	93.698.262	93.698.262	93.698.262
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	0,00311	0,00209	
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)			(0,00003)

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01835-0	AES TIETÊ S.A.	02.998.609/0001-27

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2004 a 31/12/2004	4 - 01/01/2003 a 31/12/2003	5 - 01/01/2002 a 31/12/2002
4.01	Origens	587.294	698.176	364.426
4.01.01	Das Operações	549.538	421.457	364.426
4.01.01.01	Lucro/Prejuízo do Exercício	291.512	195.371	(2.522)
4.01.01.02	Vls. que não repr. mov. Cap. Circulante	258.026	226.086	366.948
4.01.01.02.01	Depreciação e amortização	63.449	64.117	63.154
4.01.01.02.02	Variação monetária/cambial - longo prazo	159.769	109.386	292.877
4.01.01.02.03	Provisão para litígios e contingências	3.364	2.631	1.688
4.01.01.02.04	Desativação de bens e direitos	74	23.583	195
4.01.01.02.05	Tributos e contrib.sociais diferidos	30.249	25.859	4.280
4.01.01.02.06	Provisão p/Perda repasse energia Itaipu	0	0	8.503
4.01.01.02.07	Superavit no plano atuarial	0	0	(3.923)
4.01.01.02.08	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.121	510	174
4.01.01.02.09	Outras	0	0	0
4.01.02	Dos Acionistas	0	0	0
4.01.03	De Terceiros	37.756	276.719	0
4.01.03.01	Transf.circulante p/exigível longo prazo	0	89.319	0
4.01.03.02	Transf. realizável longo pr.p/circulante	15.096	151.078	0
4.01.03.03	Aumento de Obrigações Estimadas	0	1.594	0
4.01.03.04	Recto. de ctas. receber partes relac-liq	22.660	34.300	0
4.01.03.05	Recução em outros créditos	0	428	0
4.02	Aplicações	479.358	314.297	463.096
4.02.01	Aumentos ctas. a rec. L.P. revendedores	0	0	0
4.02.02	Partes relacionadas	0	3.006	67.628
4.02.03	Depósitos judiciais	3.883	1.621	6.671
4.02.04	Aumento em outros creditos	16.707	0	1.006
4.02.05	Aumento em investimentos	1.010	273	6.490
4.02.06	Aquisição de bens do imobilizado	17.668	8.923	24.888
4.02.07	Aumento no ativo diferido	4.056	3.441	4.282
4.02.08	Adiant. para futuro aumento de capital	0	0	600
4.02.09	Redução de capital - AGE 15/04/02	0	0	160.000
4.02.10	Dividendos pagos	156.434	52.667	41.000
4.02.11	Juros sobre o capital próprio	43.000	45.500	24.000
4.02.12	Aumento no realizável a longo prazo	0	0	25.389
4.02.13	Transf. do Exigível a L.P. p/ Circulante	159.100	111.431	101.142
4.02.14	Dividendos propostos	77.500	87.435	0
4.03	Acréscimo/Decréscimo no Cap. Circulante	107.936	383.879	(98.670)
4.04	Variação do Ativo Circulante	174.784	280.445	(94.571)
4.04.01	Ativo Circulante no Início do Exercício	568.272	287.827	382.398
4.04.02	Ativo Circulante no Final do Exercício	743.056	568.272	287.827
4.05	Variação do Passivo Circulante	66.848	(103.434)	4.099
4.05.01	Passivo Circulante no Início Exercício	280.670	384.104	380.005

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01835-0	AES TIETÊ S.A.	02.998.609/0001-27

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -01/01/2004 a 31/12/2004	4 -01/01/2003 a 31/12/2003	5 -01/01/2002 a 31/12/2002
4.05.02	Passivo Circulante no Final do Exercício	347.518	280.670	384.104

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01835-0	AES TIETÊ S.A.	02.998.609/0001-27

05.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2004 A 31/12/2004 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	147.416	286.557	0	9.769	0	443.742
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0
5.04	Realização de Reservas	0	0	0	0	0	0
5.05	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0
5.06	Lucro/Prejuízo do Exercício	0	0	0	0	291.512	291.512
5.07	Destinações	0	0	0	14.578	(291.512)	(276.934)
5.07.01	Constituição de Reserva Legal	0	0	0	14.578	(14.578)	0
5.07.02	Distribuição de Dividendos RCA 19/07/04	0	0	0	0	(66.625)	(66.625)
5.07.03	Distribuição de Dividendos RCA 10/11/04	0	0	0	0	(89.809)	(89.809)
5.07.04	Juros Sobre o Capital Próprio RCA 10/11/	0	0	0	0	(43.000)	(43.000)
5.07.05	Dividendos Propostos pela Administração	0	0	0	0	(77.500)	(77.500)
5.08	Outros	0	0	0	0	0	0
5.09	Saldo Final	147.416	286.557	0	24.347	0	458.320

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01835-0	AES TIETÊ S.A.	02.998.609/0001-27

05.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2003 A 31/12/2003 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	147.416	286.557	0	0	0	433.973
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0
5.04	Realização de Reservas	0	0	0	0	0	0
5.05	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0
5.06	Lucro/Prejuízo do Exercício	0	0	0	0	195.371	195.371
5.07	Destinações	0	0	0	9.769	(195.371)	(185.602)
5.07.01	Constituição de Reserva Legal	0	0	0	9.769	(9.769)	0
5.07.02	Distribuição de Dividendos RCA 12/8/03	0	0	0	0	(13.166)	(13.166)
5.07.03	Distribuição de Dividendos RCA 24/10/03	0	0	0	0	(39.501)	(39.501)
5.07.04	Juros Sobre o Capital Próprio RCA 28/11/	0	0	0	0	(45.500)	(45.500)
5.07.05	Dividendos Propostos pela Administração	0	0	0	0	(87.435)	(87.435)
5.08	Outros	0	0	0	0	0	0
5.09	Saldo Final	147.416	286.557	0	9.769	0	443.742

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01835-0	AES TIETÊ S.A.	02.998.609/0001-27

05.03 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2002 A 31/12/2002 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	100.001	561.803	0	4.141	(4.450)	661.495
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Aumento/Redução do Capital Social	47.415	(207.415)	0	0	0	(160.000)
5.03.01	Incorporação de Reservas - AGE 15/04/02	207.415	(207.415)	0	0	0	0
5.03.02	Redução de Capital - AGE 15/04/02	(160.000)	0	0	0	0	(160.000)
5.04	Realização de Reservas	0	0	0	0	0	0
5.05	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0
5.06	Lucro/Prejuízo do Exercício	0	0	0	0	(2.522)	(2.522)
5.07	Destinações	0	(67.831)	0	(4.141)	6.972	(65.000)
5.07.01	Juros Sobre Capital Próprio	0	0	0	0	(24.000)	(24.000)
5.07.02	Distribuições de Dividendos	0	0	0	0	(41.000)	(41.000)
5.07.03	Compensação de Prejuizos Acumulados	0	(67.831)	0	(4.141)	71.972	0
5.08	Outros	0	0	0	0	0	0
5.09	Saldo Final	147.416	286.557	0	0	0	433.973

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01835-0	AES TIETÊ S.A.	02.998.609/0001-27

07.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2004	4 - 31/12/2003	5 - 31/12/2002
1	Ativo Total	2.333.895	2.236.971	2.243.116
1.01	Ativo Circulante	743.198	568.487	288.037
1.01.01	Disponibilidades	489.463	266.305	72.674
1.01.02	Créditos	166.977	200.337	153.896
1.01.02.01	Revendedores	76.419	105.420	126.443
1.01.02.02	Contas a Receber de Partes Relacionadas	90.558	94.917	27.453
1.01.03	Estoques	1.185	957	1.138
1.01.04	Outros	85.573	100.888	60.329
1.01.04.01	Tributos e Contrib. Sociais Diferidos	65.512	62.592	28.211
1.01.04.02	Despesas Pagas Antecipadamente	2.323	1.509	97
1.01.04.03	Outros Créditos	6.311	6.865	6.553
1.01.04.04	Tributos a Recuperar	11.427	29.922	25.468
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	282.295	318.140	534.080
1.02.01	Créditos Diversos	256.339	293.831	438.000
1.02.01.01	Tributos e Contrib. Sociais Diferidos	4.724	53.843	123.852
1.02.01.02	Tributos a Recuperar	161.938	153.371	184.066
1.02.01.03	Revendedores	89.677	86.617	130.082
1.02.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	19.132	67.628
1.02.02.01	Com Coligadas	0	19.132	67.628
1.02.02.02	Com Controladas	0	0	0
1.02.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0	0
1.02.03	Outros	25.956	5.177	28.452
1.02.03.01	Cauções e Depósitos Vinculados	7.868	3.985	21.882
1.02.03.02	Outros Créditos	18.088	1.192	6.570
1.03	Ativo Permanente	1.308.402	1.350.344	1.420.999
1.03.01	Investimentos	1.520	1.520	1.798
1.03.01.01	Participações em Coligadas	0	0	0
1.03.01.02	Participações em Controladas	0	0	0
1.03.01.03	Outros Investimentos	1.520	1.520	1.798
1.03.02	Imobilizado	1.282.729	1.328.031	1.401.606
1.03.02.01	Imobilizado em Serviço	1.255.609	1.313.202	1.367.813
1.03.02.02	Imobilizado em Curso	27.120	14.829	33.793
1.03.03	Diferido	24.153	20.793	17.595

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01835-0	AES TIETÊ S.A.	02.998.609/0001-27

07.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/12/2004	4 - 31/12/2003	5 - 31/12/2002
2	Passivo Total	2.333.895	2.236.971	2.243.116
2.01	Passivo Circulante	347.585	280.729	384.159
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	129.552	105.854	81.817
2.01.01.01	Emprestimos e Financiamentos	123.481	99.774	76.912
2.01.01.02	Encargos de Dividas	6.071	6.080	4.905
2.01.02	Debêntures	0	0	0
2.01.03	Fornecedores	47.413	45.837	268.629
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	47.986	5.293	4.757
2.01.05	Dividendos a Pagar	77.945	87.668	163
2.01.06	Provisões	30.908	24.471	19.084
2.01.06.01	Folha de Pagamento	1.115	400	578
2.01.06.02	Obrigações Estimadas	10.817	4.793	2.916
2.01.06.03	Provisões para Litigios e Contingências	18.976	19.278	15.590
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	0
2.01.08	Outros	13.781	11.606	9.709
2.01.08.01	Obrigações com a Fundação Cesp	6.241	5.230	4.932
2.01.08.02	Encargos do Consumidor a Recolher	7.540	6.376	4.777
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	1.527.990	1.512.500	1.424.984
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.449.930	1.408.758	1.391.708
2.02.01.01	Obrigações com a Fundação Cesp	18.914	25.850	27.428
2.02.01.02	Empréstimos e Financiamentos	1.431.016	1.382.908	1.364.280
2.02.02	Debêntures	0	0	0
2.02.03	Provisões	16.268	14.423	33.276
2.02.03.01	Provisões para Contingências	16.193	12.829	33.276
2.02.03.02	Obrigações Estimadas	75	1.594	0
2.02.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0	0
2.02.05	Outros	61.792	89.319	0
2.02.05.01	Obrigações Especiais	0	0	0
2.02.05.02	Fornecedores	61.792	89.319	0
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0	0
2.04	Participações Minoritárias	0	0	0
2.05	Patrimônio Líquido	458.320	443.742	433.973
2.05.01	Capital Social Realizado	147.416	147.416	147.416
2.05.02	Reservas de Capital	286.557	286.557	286.557
2.05.02.01	Doações e Subv. p/Investimentos - CMC.90	2.204	2.204	2.204
2.05.02.02	Remuneração Imob. Curso Capital Próprio	17.613	17.613	17.613
2.05.02.03	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	266.740	266.740	266.740
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas	0	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	24.347	9.769	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01835-0	AES TIETÊ S.A.	02.998.609/0001-27

07.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -31/12/2004	4 -31/12/2003	5 -31/12/2002
2.05.04.01	Legal	24.347	9.769	0
2.05.04.02	Estatutária	0	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	0	0	0
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0	0
2.05.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01835-0	AES TIETÊ S.A.	02.998.609/0001-27

08.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2004 a 31/12/2004	4 - 01/01/2003 a 31/12/2003	5 - 01/01/2002 a 31/12/2002
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	1.050.304	815.486	596.085
3.01.01	Suprimento e Transporte de Energia	1.048.304	813.850	595.248
3.01.02	Outras Receitas	2.000	1.636	837
3.02	Deduções da Receita Bruta	(69.490)	(36.494)	(25.997)
3.02.01	Quota para Reserva Global de Reversão	0	0	0
3.02.02	Energia Comprada para Repasse - Itaipu	0	0	0
3.02.03	Outros	(69.490)	(36.494)	(25.997)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	980.814	778.992	570.088
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(235.255)	(203.082)	(183.316)
3.04.02	Pessoal	(16.187)	(13.875)	(14.065)
3.04.03	Material	(1.899)	(2.166)	(2.249)
3.04.04	Serviços de Terceiros	(11.717)	(8.406)	(17.507)
3.04.05	Compensação Financ.p/Utiliz.Rec.Hídricos	(35.535)	(32.438)	(24.183)
3.04.06	Energia Elétrica Comprada para Revenda	(77.752)	(57.951)	(43.502)
3.04.07	Depreciação	(63.300)	(63.949)	(63.217)
3.04.08	Provisões Operacionais	0	(7)	(439)
3.04.11	Seguros	(5.834)	(3.142)	(1.480)
3.04.12	Outras Despesas	(23.031)	(21.148)	(16.674)
3.05	Resultado Bruto	745.559	575.910	386.772
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(325.813)	(279.500)	(390.858)
3.06.01	Com Vendas	0	0	0
3.06.02	Gerais e Administrativas	(27.062)	(23.124)	(7.070)
3.06.03	Financeiras	(293.214)	(251.155)	(379.898)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	35.199	16.048	45.706
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(328.413)	(267.203)	(425.604)
3.06.03.02.01	Despesas Financeiras	(157.604)	(142.198)	(131.159)
3.06.03.02.02	Variações Monetárias/Cambiais - Liquidas	(170.809)	(125.005)	(294.445)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(5.537)	(5.221)	(3.890)
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	0	0	0
3.07	Resultado Operacional	419.746	296.410	(4.086)
3.08	Resultado Não Operacional	13	(23.689)	284
3.08.01	Receitas	59	403	672
3.08.02	Despesas	(46)	(24.092)	(388)
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	419.759	272.721	(3.802)
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(85.209)	(25.250)	0
3.10.01	Imposto de Renda	(62.302)	(18.933)	0
3.10.02	Contribuição Social	(22.907)	(6.317)	0
3.11	IR Diferido	(43.038)	(52.100)	1.280
3.11.01	Imposto de Renda Diferido	(31.335)	(37.901)	945
3.11.02	Contribuição Social S/ Lucro - Diferido	(11.703)	(14.199)	335

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01835-0	AES TIETÊ S.A.	02.998.609/0001-27

08.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -01/01/2004 a 31/12/2004	4 -01/01/2003 a 31/12/2003	5 -01/01/2002 a 31/12/2002
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0
3.14	Participações Minoritárias	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Exercício	291.512	195.371	(2.522)
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	93.698.262	93.698.262	93.698.262
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	0,00311	0,00209	
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)			(0,00003)

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01835-0	AES TIETÊ S.A.	02.998.609/0001-27

09.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS CONSOLIDADAS (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2004 a 31/12/2004	4 - 01/01/2003 a 31/12/2003	5 - 01/01/2002 a 31/12/2002
4.01	Origens	586.205	697.940	364.414
4.01.01	Das Operações	556.567	421.023	364.383
4.01.01.01	Lucro/Prejuízo do Exercício	291.512	195.371	(2.522)
4.01.01.02	Vls. que não repr. mov. Cap. Circulante	265.055	225.652	366.905
4.01.01.02.01	Depreciação e Amortização	63.574	64.193	63.285
4.01.01.02.02	Variação Monetária/Cambial - Longo Praza	167.252	109.386	292.877
4.01.01.02.03	Provisão para Litígios e Contingências	3.696	2.631	1.688
4.01.01.02.04	Desativações de Bens e Direitos	284	23.583	195
4.01.01.02.05	Tributos e Contgrib. Sociais Diferidos	30.249	25.859	4.280
4.01.01.02.06	Provisão p/ Perda Energia Itaipu	0	0	8.503
4.01.01.02.07	Superávit no Plano Atuarial	0	0	(3.923)
4.01.02	Dos Acionistas	0	0	0
4.01.03	De Terceiros	29.638	276.917	31
4.01.03.01	Transf.Circulante p/Exigível Longo Prazo	0	89.319	0
4.01.03.02	Transf. Realizável L.P. p/ Circulante	7.243	151.276	0
4.01.03.03	Aumento em Emprestimo e Financiamento	2	0	31
4.01.03.04	Aumento de Obrigações Estimadas	743	1.594	0
4.01.03.05	Recto. Ctas Receber Partes Relac. Liq	21.650	34.300	0
4.01.03.06	Redução em Outros Créditos	0	428	0
4.02	Aplicações	478.350	314.060	462.929
4.02.01	Aumento ctas. a.Rec. L. P. Revendedores	0	0	0
4.02.02	Partes Relacionadas	0	3.006	67.628
4.02.03	Depósitos Judiciais	3.883	1.621	6.671
4.02.04	Aumentos em Outros Créditos	16.896	0	6.570
4.02.05	Aumentos em Investimentos	0	0	0
4.02.06	Aquisição de Bens do Imobilizado	17.844	8.923	24.891
4.02.07	Aumento no Ativo Diferido	4.070	3.445	5.638
4.02.08	Adiant. para Futuro Aumento de Capital	0	0	0
4.02.09	Redução de Capital - AGE 15/04/02	0	0	160.000
4.02.10	Dividendos Pagos	156.434	52.667	41.000
4.02.11	Juros Sobre o Capital Próprio	43.000	45.500	24.000
4.02.12	Aumento no realizável a Longo Prazo	0	0	25.389
4.02.13	Transf. do Exigível a L.P. p/ Circulante	158.723	111.463	101.142
4.02.14	Dividendos Propostos	77.500	87.435	0
4.03	Acréscimo/Decréscimo no Cap. Circulante	107.855	383.880	(98.515)
4.04	Variação do Ativo Circulante	174.711	280.450	(94.361)
4.04.01	Ativo Circulante no Início do Exercício	568.487	288.037	382.398
4.04.02	Ativo Circulante no Final do Exercício	743.198	568.487	288.037
4.05	Variação do Passivo Circulante	66.856	(103.430)	4.154
4.05.01	Passivo Circulante no Início Exercício	280.729	384.159	380.005
4.05.02	Passivo Circulante no Final do Exercício	347.585	280.729	384.159

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da
AES Tietê S.A.

1. Examinamos o balanço patrimonial (controladora e consolidado) da AES Tietê S.A. e controladora, levantado em 31 de dezembro de 2004, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

2. Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia e sua controladora, (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no primeiro parágrafo representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da AES Tietê S.A. em 31 de dezembro de 2004, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. Nosso exame foi conduzido com o objetivo de emitirmos parecer sobre as demonstrações contábeis referidas no primeiro parágrafo. As demonstrações do fluxo de caixa e do valor adicionado (controladora), que estão sendo apresentadas para propiciar informações suplementares sobre a Companhia, não são requeridas como parte das demonstrações contábeis. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos no segundo parágrafo e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

5. Conforme detalhado na nota explicativa nº 21 às demonstrações contábeis, a Companhia, ao longo do ano de 2002 e durante o primeiro semestre de 2003, ajustou os montantes referentes às transações de energia realizadas no âmbito do Mercado Atacadista de Energia Elétrica – MAE, registrados no período de 1º de setembro de 2000 a 31 de dezembro de 2002. Após os ajustes, as vendas acumuladas do período passaram para R$49.573 mil e as compras acumuladas passaram para R$281.549 mil, totalizando uma dívida líquida de R$231.976 mil. Esses valores registrados com base em cálculos preparados e divulgados pelo MAE e podem estar sujeitos à modificação dependendo de decisão de processos judiciais em andamento movidos por empresas do setor, relativos, em sua maioria, à interpretação das regras do mercado em vigor para aquele período. Até 31 de dezembro de 2003 havia sido liquidado o montante de R$111.546 mil. Em 20 de janeiro de 2004, a Companhia celebrou acordo com a maioria de seus credores para o pagamento do débito líquido remanescente de R$120.430 mil. O montante original renegociado foi de R$116.273 mil, representando 96,5% do total da dívida. Em 31 de dezembro de 2004, o valor da dívida monta em R$92.297 mil.

6. O exame das demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2003, apresentadas para fins de comparação, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram parecer sem ressalvas datado de 31 de janeiro de 2004 e com ênfase ao assunto descrito no parágrafo anterior.

São Paulo, 14 de janeiro de 2005

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Aurivaldo Coimbra de Oliveira
Contador CRC-1PE009428/O-4-S-SP

Senhores Acionistas,

A Administração da AES Tietê S.A.("AES Tietê"), em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras do exercício social de 2004 juntamente com o parecer dos Auditores Independentes, assim como um sumário das principais atividades da Companhia ao longo do ano.

PERFIL

A AES Tietê (antiga Companhia de Geração de Energia Elétrica Tietê) foi criada em 1999, a partir da cisão parcial da Companhia Energética de São Paulo – Cesp, tendo sido adquirida pelo grupo norte-americano AES em 27 de outubro de 1999 em leilão público na Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA. A AES Tietê está autorizada a operar como concessionária de uso do bem público na produção e comercialização de energia elétrica, na condição de Produtor Independente de Energia. Suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia. O contrato de concessão da AES Tietê é datado de 20 de dezembro de 1999 e tem prazo de duração de 30 anos.

O parque gerador da AES Tietê é composto por 10 usinas hidrelétricas nas regiões central e noroeste do Estado de São Paulo, que juntas possuem capacidade instalada de 2.651 megawatts (MW) .

Usina	Ano de Conclusão	Quantidade de Turbinas	Capacidade Instalada (MW)	Energia Assegurada (MW médios)
Barra Bonita	1964	4	141	45
Bariri	1969	3	143	66
Ibitinga	1969	3	132	74
Promissão	1977	3	264	104
Nova Avanhandava	1985	3	347	139
Caconde	1966	2	80	33
Euclides da Cunha	1960	4	109	49
Limoeiro	1958	2	32	15
Mogi Guaçu	1994	2	7	4
Água Vermelha	1979	6	1.396	746
Total		**32**	**2.651**	**1.275**

As usinas de Barra Bonita, Bariri, Ibitinga, Promissão e Nova Avanhandava localizam-se no Rio Tietê, que tem 1.100 km de extensão e corta o Estado de São Paulo. Tais usinas foram projetadas e construídas visando ao múltiplo aproveitamento das águas, pois além da geração de energia permitem controle de cheias, navegação hidroviária, desenvolvimento da piscicultura e atividades de recreação.

A usina de Água Vermelha, localizada no Rio Grande, é a maior hidrelétrica da Companhia, respondendo isoladamente por mais de 50% da energia gerada pela Companhia. As usinas de Caconde, Euclides da Cunha e Limoeiro estão localizadas no rio Pardo e a Pequena Central Hidrelétrica – PCH Mogi Guaçu está localizada no rio Mogi-Guaçu.

AMBIENTE ECONÔMICO E SETOR DE ENERGIA ELÉTRICA NO BRASIL

O crescimento econômico em 2004 foi o maior dos últimos dez anos, alcançando cerca de 5%, segundo projeção do Banco Central. A recuperação do PIB, iniciada em 2003, resultou em aumento do emprego e da renda. O emprego formal cresceu em ritmo excepcional, com a criação de cerca de 1,9 milhão de postos de trabalho, o que propiciou o aumento da demanda de bens e serviços na economia.

A inflação medida pelo IPCA diminuiu em relação a 2003, atingindo 7,5%. Para 2005, a meta estabelecida pelo Banco Central é de 5,1%. Portanto, os esforços para reduzir a alta de preços devem continuar. Em setembro, teve início um processo de elevação dos juros e a taxa Selic encerrou 2004 em 17,75% ao ano.

A inflação segue estável e próxima à meta estabelecida pelo Banco Central, o que deve permitir o movimento de elevação da taxa básica de juros do segundo semestre de 2004 seja revertido ao longo de 2005. Os primeiros trimestres tendem a apresentar um ritmo mais lento de crescimento, resultado da política monetária mais apertada e desaceleração da economia global. Mas a forte expansão dos investimentos, que se verifica desde o início de 2004, resultará em aumento da capacidade produtiva o suficiente para satisfazer a expansão do consumo doméstico, viabilizando crescimento da economia superior a 3%, o que tornaria o biênio 2004-2005 o melhor da última década.

Em 2005, o desenvolvimento dependerá da continuidade do ajuste fiscal e do setor externo. Em 2004, o ajuste elevou o superávit primário de 4,25% para 4,5% do PIB, o que, aliado à valorização do real, proporcionou queda da dívida pública em relação ao PIB – de 58,3% no final de 2003 para 51,1% em novembro. Em decorrência desse fato (e da queda dos juros básicos), o déficit público acumulado em 12 meses situou-se abaixo de 3,0% do PIB pela primeira vez desde o início do Plano Real, em 1994.

O setor externo proporcionou importante superávit em conta corrente, de mais de US$ 10 bilhões (2% do PIB), o que possibilitou uma queda da dívida externa, como múltiplo das exportações, de 3 para menos de 2, melhorando sensivelmente a percepção de risco na economia brasileira.

Ao longo de 2004 entrou em vigor o novo modelo do setor elétrico cujas principais mudanças foram à transferência de diversas atribuições da Aneel para o Ministério das Minas e Energia (MME) e a criação de novos organismos para centralizar e planejar a expansão da geração e transmissão de energia. Adicionalmente foram definidas novas regras de comercialização de energia com leilões e ofertas públicas de energia. Cabe ressaltar que o atual governo já assumiu compromisso de garantir o cumprimento dos contratos iniciais e bilaterais já firmados, o que garante a manutenção dos contratos de compra e venda de energia assinados pela AES Tietê.

DESEMPENHO OPERACIONAL E ESTRATÉGIA

A AES Tietê está classificada junto à ANEEL como Produtor Independente de Energia. Durante o ano de 2004, a Companhia vendeu um total de 11.105.295 MWh de energia gerada em seu parque gerador para empresas distribuidoras do estado de São Paulo. Metade da energia assegurada da Companhia estava, em 2004, atrelada aos contratos iniciais firmados com as principais empresas de distribuição de energia elétrica do Estado de São Paulo. A outra metade foi vendida sob o contrato bilateral com a Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. (“AES Eletropaulo”).

O processo de desregulamentação do setor de energia elétrica previa a redução gradual dos Contratos Iniciais – celebrados antes da privatização - na proporção de 25% ao ano a partir de 2003. Em antecipação à redução da energia contratada pelos contratos iniciais, em dezembro de 2000, a Companhia celebrou um Contrato Bilateral de compra e venda de energia elétrica com a AES Eletropaulo, com duração de 15 anos, que irá absorver os montantes de energia liberados anualmente pelos contratos iniciais.

Em 2005, mais 25% da energia contratada será liberada pelos Contratos Iniciais e automaticamente contratada pela Eletropaulo conforme previsto no Contrato Bilateral assinado em 2000.

Em 2004, os contratos iniciais representaram 49,9% do volume de vendas da AES Tietê, e 39,9% da receita bruta da companhia.

PERFORMANCE FINANCEIRA

A AES Tietê encerrou o ano de 2004 com uma receita operacional bruta consolidada de R$ 1.050,3 milhões, 28,8% superior à de 2003. A receita líquida, de R$ 980,8 milhões, apresentou aumento de 25,9%, ligeiramente inferior ao aumento da receita bruta em decorrência das maiores alíquotas de PIS e Cofins que passaram a incidir sobre os contratos de venda de energia a partir das datas de seus reajustes de preço. O aumento da receita é decorrente de dois fatores: além dos reajustes anuais dos diversos contratos de compra e venda de energia que ocorreram durante o ano, houve a descontratação de 25% do volume de energia vendido sob contratos iniciais, volume esse que passou a ser vendido sob o contrato bilateral com a AES Eletropaulo, sujeito à uma tarifa mais favorável.

Em 2004, a elevação da receita média dos contratos iniciais foi de 16,7% , levando a uma tarifa média de R$ 75,4/MWh . O contrato bilateral com AES Eletropaulo foi reajustado pelo IGP-M em julho em 9,6%, para uma tarifa a R$ 117,6/MWh. Em 2004, esse contrato representou 50,1% do volume de energia vendida e 59,0% do faturamento da AES Tietê.

Os custos operacionais totalizaram R$ 235,3 milhões em 2004, representando um aumento de 15,8% em relação a 2003. Esse crescimento é decorrente da elevação dos encargos de uso da rede pública em decorrência do aumento do volume de energia vendido pelo contrato bilateral, do provisionamento do custo de compra de energia de Itaipu e da compra de energia da Duke Energy para suprir os contratos iniciais diante da suspensão de compra de energia de Itaipu.

As despesas operacionais passaram de R$ 28,3 milhões em 2003 para R$ 32,6 milhões em 2004, elevação de 15,0%. Esse crescimento é decorrente do aumento dos serviços de terceiros com consultoria ambiental, provisões operacionais e gastos com projetos incentivados (Lei Rouanet).

O aumento registrado na receita superou o incremento dos custos operacionais, propiciando crescimento do EBITDA de 26,9% em 2004 em comparação a 2003. O EBITDA totalizou R$ 776,5 milhões, ante R$ 611,8 milhões em 2003. A margem EBITDA ficou em 79,2% em 2004, em comparação a 78,5% no ano anterior.

A despesa financeira líquida foi de R$ 293,2 milhões, apresentando um acréscimo de 16,7% em relação a 2003. A principal dívida da Companhia, com a Eletrobrás, é corrigida pelo IGP-M. Devido à elevação desse indexador, que passou de 8,7% em 2003 para 12,4% em 2004, a variação monetária apresentou um aumento de 36,6% , passando de R$ 125,0 milhões em 2003 para R$ 170,8 milhões em 2004. Já a despesa financeira de juros mostrou uma variação de apenas 10,8%, passando de R$ 142,2 milhões em 2003 para R$ 157,6 milhões em 2004. Devido à maior disponibilidade de caixa, a receita financeira teve um crescimento de 119,3%, passando de R$ 16,0 milhões em 2003 para R$ 35,2 milhões em 2004.

O resultado final da AES Tietê em 2004 foi um lucro de R$ 291,5 milhões, 49,2% superior aos R$ 195,4 milhões registrados no ano anterior. A margem líquida foi de 29,7% em 2004, contra 25,1% em 2003.

A AES Tietê não possui nenhum contrato de financiamento bancário. Seu único contrato de financiamento é com a Eletrobrás - Centrais Elétricas Brasileiras, decorrente de débitos relacionados ao repasse de energia de Itaipu / Furnas ocorrida antes da privatização. Esse financiamento, com saldo de R$ 1.560,6 milhões em 31 de dezembro de 2004 (91,7% no longo prazo), vence em maio de 2013 e é amortizado mensalmente. Os juros são de 10% ao ano, com correção monetária pela variação do IGP-M.

Em 31 de dezembro de 2004, a dívida líquida da AES Tietê totalizava R$ 1.071,1 milhões contra R$ 1.222,5 milhões em 31 de dezembro de 2003. Essa queda no endividamento foi decorrente do aumento das aplicações financeiras, em sua maior parte atreladas ao CDI. A relação dívida líquida / EBITDA apresentou uma redução passando de 2,0x em 2003 para 1,4x em 2004.

A Companhia tem, também, dois contratos de confissão de dívida com a Fundação Cesp herdados da privatização, com saldo total de R$ 25,2 milhões em 31 de dezembro de 2004. O primeiro (R$ 4,7 milhões) refere-se às retenções de reservas, com vencimento em 30 de novembro de 2005, cujos encargos são calculados com base na variação do custo atuarial do Plano de Suplementação de Aposentadoria e Pensão ou na variação da Taxa Referencial (TR), acrescida de juros de 8% ao ano (com a aplicação do maior dos dois índices). O segundo (R$ 20,4 milhões) refere-se ao Contrato de Confissão de Dívida para financiamento de déficit atuarial, relativo ao Benefício Suplementar Proporcional Saldado (BSPS), com vencimento final em 30 de novembro de 2017. O saldo desse contrato é atualizado pela variação do custo atuarial ou pela variação do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), acrescida de juros de 6% ao ano (dos dois, o maior).

INVESTIMENTOS

Em 2004 a Companhia fez investimentos da ordem de R$ 21,9 milhões na manutenção de usinas de seu parque gerador.

Em 2004 foram reformadas as duas turbinas da Usina de Caconde e uma da Usina de Nova Avanhandava, com paradas programadas de seis meses. Também em 2004 teve início a operação de manutenção da Usina de Bariri, que será continuada no decorrer de 2005.

RECURSOS HUMANOS

Em 31 de dezembro de 2004, a AES Tietê possuia um quadro de 253 funcionários divididos entre as 10 usinas hidrelétricas e o escritório central localizado na cidade de São Paulo. A despesa com pessoal durante o ano de 2004 foi de R$ 25,4 milhões. Desse valor 22,0% foram para encargos sociais e 29,3% para benefícios assistenciais.

Conforme o Acordo Coletivo de Trabalho celebrado entre a Companhia e o sindicato representativo dos trabalhadores, está previsto o pagamento de uma verba para cada empregado a título de Participação nos Lucros e Resultados. Esta verba está condicionada ao cumprimento de metas técnicas, financeiras e de segurança, acordadas entre as partes.

BALANÇO SOCIAL - CONTROLADORA

AES TIETÊ S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO BALANÇO SOCIAL
(Expresso em R$ mil)

	dez/04 R$ mil			dez/03 R$ mil		
1 BASE DE CÁLCULO						
Receita líquida (RL)	980.774			778.842		
Lucro operacional (LO)	712.962			547.571		
Folha de pagamento bruta (FPB)	25.430			25.003		
		% sobre			% sobre	
2 INDICADORES SOCIAIS INTERNOS	Total R$ mil	FPB	RL	dez/03 R$ mil	FPB	RL
Alimentaçao	1.250	4,91%	0,13%	987	3,95%	0,13%
Encargos sociais compulsórios	5.601	22,03%	0,57%	4.285	17,14%	0,55%
Entidade de previdência privada	1.236	4,86%	0,13%	5.371	21,48%	0,69%
Saúde	1.142	4,49%	0,12%	880	3,52%	0,11%
Segurança no trabalho	362	1,42%	0,04%	80	0,32%	0,01%
Educação	379	1,49%	0,04%	295	1,18%	0,04%
Capacitação e desenvolvimento profissional	315	1,24%	0,03%	189	0,76%	0,02%
Auxílio creche	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Participação nos resultados	2.703	10,63%	0,28%	2.541	10,16%	0,33%
Incentivos à aposentadoria e demissão voluntária	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Vale-transporte	74	0,29%	0,01%	28	0,11%	0,00%
Total	13.063	51,37%	1,33%	14.656	58,62%	1,88%
	Total	% sobre		Total	% sobre	
3 INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS	R$ mil	LO	RL	R$ mil	LO	RL
Doações e contribuições	167	0,02%	0,02%	423	0,08%	0,05%
Total de contribuições para a sociedade	167	0,02%	0,02%	423	0,08%	0,05%
Tributos - excluídos encargos sociais	66.957	9,39%	6,83%	33.915	6,19%	4,35%
Total	67.124	9,41%	6,84%	34.338	6,27%	4,41%
		% sobre			% sobre	
4 INDICADORES AMBIENTAIS	R$ mil	LO	RL	R$ mil	LO	RL
Programas especiais/projetos externos	4.079	0,57%	0,42%	-	-	-

5 INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL	**2004**	**2003**
Empregados no final do período	253	245
Escolaridade dos empregados	253	245
Superior e extensão universitária	124	141
2º. Grau	124	99
1º. Grau	5	5
Faixa etária dos empregados		
Até 25 anos	12	17
De 25 a 35 anos	86	83
De 35 a 45 anos	115	112
De 45 a 55 anos	39	32
Mais de 55 anos	1	1
Admissões durante o período	15	31
Mulheres que trabalham na empresa	20	19
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres	15,00%	15,79%

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A AES Tietê é administrada por um Conselho de Administração composto por onze membros, sendo sete representantes do acionista controlador, um do BNDES, um representante dos funcionários e dois membros independentes, sendo um representante dos acionistas minoritários. Possui ainda Conselho Fiscal instalado e permanente composto por cinco membros, sendo três representantes do BNDES e dois representantes dos acionistas minoritários.

A AES Tietê é uma companhia aberta que possui ações preferenciais e ordinárias negociadas nas Bolsas de Valores de São Paulo e programa de ADR nível I negociado na Bolsa de Valores de Nova York.

SERVIÇOS DE AUDITORIA INDEPENDENTE - ATENDIMENTO À INSTRUÇÃO CVM Nº 381/2003

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, informamos que a AES Tietê utiliza os serviços de Auditoria Independente da Ernst & Young, e que em 2004 não tivemos contratados junto a esses auditores outros trabalhos que não os diretamente vinculados à auditoria das demonstrações contábeis.

AGRADECIMENTOS

A AES Tietê, firme em seu propósito de manter um crescimento contínuo e equilibrado, agradece a seus clientes e parceiros pela fidelidade e preferência; a seus funcionários e colaboradores, sem os quais a Companhia não teria atingido seus objetivos e, finalmente, a seus acionistas, pelo apoio e confiança.

A Administração

AES TIETÊ S.A. E CONTROLADA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
31 de dezembro de 2004 e 2003
(Em milhares de reais)

1. Contexto Operacional

A AES Tietê S.A. (Companhia ou Tietê), companhia de capital aberto, está autorizada a operar como concessionária de uso do bem público na produção e comercialização de energia elétrica, na condição de Produtor Independente de Energia, e tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, tendo o contrato de concessão assinado em 20 de dezembro de 1999 prazo de duração de 30 anos.

Conforme determinado no Edital de Privatização, o detentor do bloco de controle da Companhia estará obrigado solidariamente em relação à Companhia, de forma irretratável e irrevogável, a expandir a capacidade instalada do seu sistema de geração, em no mínimo 15%, no período de oito anos, a partir da assinatura do Contrato de Concessão. A expansão deverá ser realizada por meio da implantação de novos empreendimentos no Estado de São Paulo, que aumentem sua capacidade instalada própria, ou da contratação de energia de terceiros proveniente de novos empreendimentos construídos no Estado de São Paulo, por prazo superior a cinco anos e respeitando as restrições regulamentares.

O início das operações da Tietê ocorreu em 1º de abril de 1999, após processo de cisão da Companhia Energética de São Paulo - Cesp.

O parque gerador da Tietê está composto pelas seguintes usinas:

Usina	Ano de conclusão	Quantidade de turbinas	Capacidade instalada MW (*)	Energia Assegurada MW médios (*)
Barra Bonita	1964	4	141	45
Bariri	1969	3	143	66
Ibitinga	1969	3	132	74
Promissão	1977	3	264	104
Nova Avanhandava	1985	3	347	139
Água Vermelha	1979	6	1.396	746
Caconde	1966	2	80	33
Euclides da Cunha	1960	4	109	49
Limoeiro	1958	2	32	15
Mogi-Guaçu	1994	2	7	4
Total		32	2.651	1.275

(*) Informações não auditadas.

2. Reestruturação do Grupo AES no Brasil

A AES Corporation e o Sistema BNDES, composto pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e pela BNDES Participações S.A., celebraram no dia 8 de setembro de 2003 um Memorando de Entendimentos - MOU relativo à reestruturação das dívidas oriundas da aquisição das ações ordinárias e preferenciais da AES Elpa S.A. e pela AES Transgás Empreendimentos S.A.

A implementação da reestruturação contemplada no MOU foi concluída em 22 de dezembro de 2003 com a assinatura, pela AES, por algumas de suas controladas e pelo BNDES, de contratos e atos societários cujos termos e condições são irrevogáveis e irretratáveis.

Os documentos definitivos, em suma, resultaram nos atos e relações que seguem:

Criação de uma nova empresa, Brasiliana Energia S.A. (Brasiliana) (anteriormente denominada Tours Holdings S.A.), sociedade anônima constituída para deter e exercer, direta ou indiretamente, o controle acionário das seguintes sociedades operacionais: AES Tietê, Eletropaulo e AES Uruguaiana, e para assumir a totalidade da dívida da AES Transgás e da AES Elpa com o Sistema BNDES.

i) A AES e o Sistema BNDES subscreveram o capital total da Brasiliana, subscrição essa efetivada na proporção de 50,01% do capital votante e 46,15% do capital total pela AES, integralizada mediante a contribuição pela AES de suas participações indiretas nas sociedades acima mencionadas, e de 49,99% do capital votante e 53,84% do capital total pelo Sistema BNDES, integralizada mediante a conversão de parte dos créditos que o Sistema BNDES possuía com a AES Elpa e a AES Transgás.

ii) Emissão, por parte da Brasiliana, de debêntures conversíveis em ações ordinárias e com garantia real representada por ações de titularidade da Brasiliana do capital das seguintes sociedades: Eletropaulo, AES Elpa, AES Transgás, AES Uruguaiana Inc., Uruguaiana e Energia Paulista. A emissão tem valor em reais equivalente a US$ 510.000 mil, totalmente subscrita pelo Sistema BNDES e integralizada com os créditos remanescentes que possuía na AES Elpa e na AES Transgás.

Além disso, a AES e o Sistema BNDES celebraram acordo de acionistas para regular o exercício de seus direitos de voto e as restrições recíprocas às transferências de suas ações na Brasiliana, bem como regras para a administração das controladas da Brasiliana.

Os órgãos reguladores, a ANEEL e o Banco Central do Brasil, analisaram e aprovaram essa operação nos aspectos que lhes competem.

3. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis da Companhia e sua controlada foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as práticas contábeis emanadas da Legislação Societária Brasileira, disposições complementares da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e normas aplicáveis às concessionárias de serviço público de energia elétrica estabelecidas pelo Poder Concedente.

A Companhia elabora demonstrações contábeis consolidadas, as quais incluem as demonstrações contábeis de sua controlada AES Minas PCH Ltda. Entre as principais eliminações de consolidação estão:

- Saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas controladora e controlada, assim como as receitas e despesas das suas transações.

- Participação no capital e lucro (prejuízo) do exercício da empresa controlada.

4. Sumário das Principais Práticas Contábeis

a) Práticas contábeis específicas do setor

Encargos financeiros e efeitos inflacionários - de acordo com o disposto na Instrução Contábil nº 6.3.10, do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, os juros e demais encargos financeiros, incluindo os efeitos inflacionários e cambiais, relativamente aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso, estão registrados nesse subgrupo como custo.

Custos indiretos de obras em andamento - parte dos gastos da administração central é apropriada às imobilizações em curso. Essa apropriação é feita mensalmente com base nos gastos diretos com pessoal e mão-de-obra de terceiros relacionados às obras em curso.

Registro das operações de compra e venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE (anteriormente Mercado Atacadista de Energia Elétrica – MAE) (curto prazo e energia livre) - as compras e as vendas são registradas pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas pela CCEE, entidade responsável pela apuração das transações de compra e venda realizadas no âmbito do CCEE. Nos meses em que essas informações não são disponibilizadas em tempo hábil, os valores são estimados pela Administração da Companhia, utilizando as informações disponíveis no mercado.

b) Práticas contábeis gerais

Aplicações financeiras - são registradas ao valor do custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não excedem seu valor de mercado.

Revendedores - as contas a receber incluem os valores faturados relativos ao suprimento de energia elétrica, energia livre, de acordo com a Lei nº 10.428, de 26 de abril de 2002, e o saldo de energia no curto prazo, contabilizados segundo o regime de competência.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa – quando aplicável é constituída com base na estimativa das possíveis perdas que possam ocorrer na realização desses créditos.

Almoxarifado - avaliado e registrado ao custo médio de aquisição. Os materiais destinados à construção são classificados como imobilização em curso.

Investimento - o investimento em controlada é avaliado pelo método da equivalência patrimonial. Os outros investimentos são avaliados ao custo, que não supera os valores de realização.

Imobilizado - é registrado ao custo de aquisição ou de construção. A depreciação é calculada pelo método linear, por categoria de bem, às taxas anuais que variam entre 2,0% e 8,3% para os bens vinculados ao sistema de geração, 10% para móveis e utensílios e 20% para veículos.

Empréstimos e financiamentos - são atualizados até a data do balanço pelo indexador determinado em cada contrato. A variação monetária, os juros e os demais encargos são apropriados em despesas financeiras.

Provisões para litígios e contingências - são constituídas com base na avaliação de risco de perda sobre as ações em processo, embasadas em relatórios preparados pelos consultores jurídicos da Companhia.

Plano de suplementação de aposentadoria e pensão - os custos, as contribuições e o passivo atuarial são determinados, na data do balanço, por atuários independentes, seguindo os critérios estabelecidos na Deliberação CVM nº 371, aplicáveis a partir de 31 de dezembro de 2001.

Contribuição social e imposto de renda - são calculados com base no lucro ajustado de acordo com a legislação aplicável. Para fins de determinação da exigibilidade é considerada a absorção de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável ajustado. A Companhia registra créditos fiscais sobre base negativa de contribuição social, prejuízos fiscais e provisões temporariamente não dedutíveis.

Lucro e dividendos por ação - são determinados considerando-se a quantidade de ações em circulação na data do balanço.

Uso de estimativas - a preparação de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, as receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações contábeis. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subseqüentes, podem diferir dessas estimativas.

c) Mudança de estimativa contábil

Conforme descrito na nota explicativa nº 9, a Companhia alterou, a partir de janeiro de 2004, a curva de amortização do ágio, advindo de incorporação de controladora, adotando os percentuais estabelecidos pela ANEEL por meio dos Ofícios nºs 2.103/2003 e 87/2004.

d) Reclassificação

Foram efetuadas reclassificações nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2003, para se adequar à apresentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2004, e por não terem sido consideradas relevantes, não estão sendo detalhadas nas presentes notas explicativas.

5. Aplicações Financeiras – Controladora e Consolidado

O saldo de aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2004, na controladora e no consolidado, está representado por operações de curto prazo (inferiores a 90 dias e com liquidez diária), sendo 80% com rentabilidade média em torno de 100% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI e os demais 20% com rentabilidade média da variação cambial.

No exercício de 2004 foi reclassificado para outros créditos no longo prazo o montante de R$ 20.543. Esta reclassificação foi efetuada em virtude da intervenção no Banco Santos, pelo Banco Central. Sobre este montante foi constituída uma provisão no montante de R$ 4.109, que também está classificada no longo prazo. A Companhia também possuía investimento no montante de R$ 15.000, referentes a CDB do Banco Santos, aplicados via um fundo de investimento financeiro exclusivo, que foi integralmente baixado.

6. Revendedores

	Controladora e Consolidado	
	2004	2003
	R$	R$
Energia contratada: (a)		
Elektro Eletricidade e Serviços S.A.	**6.925**	11.274
Bandeirante Energia S.A.	**4.439**	7.276
Companhia Piratininga de Força e Luz	**8.286**	9.118
Companhia Paulista de Força e Luz	**11.460**	15.827
Empresa Elétrica Bragantina S.A.	**2.041**	2.342
Companhia Nacional de Energia Elétrica S.A.	**1.967**	3.984
Subtotal	**35.118**	49.821
Energia de curto prazo: (b)		
Furnas Centrais Elétricas S.A.	**-**	8.196
Centrais Elétricas de Goiás	**-**	200
Outros	**1.083**	2.975
Subtotal	**1.083**	11.371
Energia livre - parcela de curto prazo (c)	**40.218**	44.228
Total	**76.419**	105.420
Energia livre - parcela de longo prazo (c)	**89.677**	86.617

a) Os volumes e tarifas de compra e venda dos Contratos Iniciais de Energia Elétrica foram determinados e homologados pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

b) Energia de curto prazo inclui os valores faturados relativos ao suprimento para os revendedores de energia elétrica:

- O saldo a receber da energia de Furnas Centrais Elétricas S.A. refere-se ao atraso do início de operação comercial da Usina Nuclear de Angra II. Esse saldo a receber foi renegociado em 17 de julho de 2003, por meio da assinatura de contrato, e foi sendo recebido em 12 parcelas mensais e consecutivas, ajustadas pela variação do IGP-M e juros de 1% ao mês.

- O saldo de energia de curto prazo inclui os valores faturados relativos ao suprimento para os revendedores de energia elétrica, e será compensado com o saldo a pagar de energia de curto prazo (nota explicativa nº 12) por ocasião das liquidações mensais do MAE.

c) O recebimento das contas a receber das distribuidoras de energia referentes ao repasse da energia livre ocorrerá por meio de reembolso das distribuidoras, à medida que estas recuperem, por meio da recomposição tarifária extraordinária concedida para esse fim, os valores referentes à energia livre. Esse repasse teve início no mês de fevereiro de 2003, tendo a Companhia recebido R$ 59.502 até 31 de dezembro de 2004 (R$ 9.190 até 31 de dezembro de 2003).

7. Transações com Partes Relacionadas

As operações realizadas com partes relacionadas referem-se ao suprimento de energia elétrica às empresas a seguir relacionadas e à concessão de mútuo para a controladora:

	Controladora		Consolidado	
	2004	2003	2004	2003
	R$	R$	R$	R$
Ativo Circulante:				
Contas a receber de partes relacionadas:				
Eletropaulo Metropolitana:				
Contrato inicial (a)	**32.786**	25.806	**32.786**	25.806
Contrato bilateral (b)	**57.772**	32.959	**57.772**	32.959
Energia livre	**-**	3.380	**-**	3.380
Subtotal	**90.558**	62.145	**90.558**	62.145
AES Sul -				
Energia - curto prazo	**-**	4	**-**	4
Outros -				
AES Tietê Empreendimentos S.A. (c)	**-**	32.768	**-**	32.768
Total	**90.558**	94.917	**90.558**	94.917
Realizável a longo prazo:				
Partes relacionadas:				
AES Tietê Empreendimentos S.A. (c)	**-**	19.132	**-**	19.132
Passivo circulante:				
Fornecedores:				
Eletropaulo Metropolitana:				
Energia livre	**-**	4.845	**-**	4.845
Transações:				
Receita operacional:				
Eletropaulo Metropolitana:				
Contrato inicial (a)	**154.018**	182.105	**154.018**	182.105
Contrato bilateral (b)	**633.570**	263.717	**633.570**	263.717
Total	**787.588**	445.822	**787.588**	445.822
Despesa operacional:				
AES Minas PCH Ltda.	**316**	173	**-**	-
Receita financeira:				
AES Tietê Empreendimentos S.A. (c)	**3.648**	15.569	**3.648**	15.569
Total	**3.648**	15.569	**3.648**	15.569

a) O volume e a tarifa de compra e venda do contrato inicial de energia elétrica foram determinados e homologados pela ANEEL.

b) Em dezembro de 2000, a Companhia assinou contrato de compra e venda de energia elétrica com a Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. (Eletropaulo), pelo prazo de quinze anos. De acordo com esse contrato, a Companhia venderá para a Eletropaulo a energia correspondente à redução de 25% ao ano, a partir de 2003, nas quantidades dos contratos iniciais. As quantidades de energia desse contrato em 2004 correspondem a 632 MW médios (2003 – 315 MW médios) e a tarifa, em 31 de dezembro de 2004, é de R$ 117,59 MWh (31 de dezembro de 2003 – R$ 107,28 por MWh). Esse contrato foi homologado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

c) O contrato de mútuo com a AES Tietê Empreendimentos S.A. (detentora de 38,68% das ações da Tietê) estava sendo remunerado pela variação de 100% do CDI e originalmente tinha vencimento final em dezembro de 2003 e pagamento previsto em até seis parcelas. Esse contrato havia sido aprovado pela ANEEL e qualquer alteração ou prorrogação em suas condições deveria ser submetida à aprovação prévia dela. Em 14 de julho de 2003, foi assinado entre as partes um termo de aditamento ajustando o prazo do contrato para um período de até dois anos, reforçando as garantias prestadas e estipulando a incidência de juros de mora e multa. Conforme esse aditivo, a AES Tietê Empreendimentos S.A. ofereceu em garantia do contrato os dividendos, os pagamentos de juros sobre o capital próprio ou qualquer outra forma de remuneração de acionista, que venha a receber da AES Tietê S.A., estando a AES Tietê S.A. desde já autorizada a reter os montantes de direito da AES Tietê Empreendimentos S.A.. Este contrato foi integralmente liquidado, de forma antecipada, em agosto de 2004.

8. Tributos e Contribuições Sociais

	Controladora e consolidado			
	Ativo		Passivo	
	2004	2003	2004	2003
	R$	R$	R$	R$
Circulante				
Imposto de renda e contribuição social - prejuízo fiscal e base negativa	**58.259**	46.043	**-**	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos - diferenças temporárias	**7.201**	3.408	**-**	-
Imposto de renda e contribuição social a compensar	**44**	12.823	**-**	-
Imposto de renda e contribuição social a recolher	**-**	-	**38.364**	-
PIS/Cofins - a recolher	**-**	-	**9.532**	5.291
Outros	**2**	314	**90**	-
Total – controladora	**65.506**	62.588	**47.986**	5.291
AES Minas PCH Ltda.	**6**	4	**-**	2
Total – consolidado	**65.512**	62.592	**47.986**	5.293
Longo prazo				
Imposto de renda e contribuição social diferidos - prejuízo fiscal e base negativa	**-**	49.481	**-**	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos - diferenças temporárias	**4.724**	4.362	**-**	-
Total - controladora e consolidado	**4.724**	53.843	**-**	-

14.01 – NOTAS EXPLICATIVAS

a) Os tributos diferidos ativos representam os créditos fiscais compensáveis com lucros tributáveis futuros, calculados sobre prejuízos fiscais, provisões temporariamente não dedutíveis e a base negativa da contribuição social. Em 31 de dezembro, os tributos diferidos identificados por origem estão assim compostos:

	Controladora e consolidado	
	2004	**2003**
Ativo	**R$**	**R$**
Circulante:		
Base negativa de contribuição social	**16.299**	12.188
Prejuízo fiscal	**41.960**	33.855
Provisão para perdas sobre repasse da energia de Itaipu	**-**	2.567
Provisão para Participação nos Lucros e Resultados	**655**	610
Provisão perdas em investimentos de longo prazo	**6.546**	-
Provisão para pesquisa e desenvolvimento	**-**	231
Total do circulante	**65.460**	49.451
Longo prazo:		
Provisão para contingências fiscais	**2.173**	1.068
Provisão para contingências trabalhistas	**2.551**	2.627
Provisão para perdas sobre repasse da energia de Itaipu	**-**	667
Base negativa de contribuição social	**-**	13.928
Prejuízo fiscal	**-**	35.553
Total do longo prazo	**4.724**	53.843
Total	**70.184**	103.294

b) As estimativas de realização dos créditos tributários, decorrentes de prejuízos fiscais e base negativa, bem como de tributos a recuperar, estão respaldadas em projeções de rentabilidade da Companhia, a saber:

	Controladora – 2004		
	Tributos e contribuições sociais diferidos	**Tributos a recuperar**	**Total**
	R$	**R$**	**R$**
		(*)	
2005	65.460	11.427	76.887
2006	4.724	12.290	17.014
2007	-	11.758	11.758
2008	-	11.144	11.144
2009	-	10.556	10.556
2010	-	10.043	10.043
2011 a 2029	-	106.147	106.147
Total	70.184	173.365	243.549

(*) Vide nota explicativa nº 9.

As premissas utilizadas na preparação das projeções de resultados operacionais e financeiros e o potencial de crescimento da Companhia foram baseados nas expectativas da Administração em relação ao futuro da Companhia e não devem ser utilizados para tomada de decisão em relação a investimentos.

c) O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nas alíquotas vigentes nas datas dos balanços. Os impostos diferidos relativos a diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social são registrados nas contas patrimoniais. A seguir demonstramos a composição da base de cálculo e dos saldos desses impostos:

	Controladora			
	2004		2003	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
	R$	R$	R$	R$
Composição dos tributos no resultado:				
Corrente	**(62.302)**	**(22.907)**	(18.933)	(6.317)
Diferido	**(31.335)**	**(11.703)**	(37.901)	(14.199)
Total de tributos	**(93.637)**	**(34.610)**	(56.834)	(20.516)
Demonstração do cálculo dos tributos:				
Resultado antes do IRPJ e CSLL	**419.759**	**419.759**	272.721	272.721
Adições (exclusões):				
Juros sobre o capital próprio - TJLP	**(43.000)**	**(43.000)**	(45.500)	(45.500)
Equivalência patrimonial	**1.121**	**1.121**	510	510
Dividendos recebidos	**(51)**	**(51)**	-	-
Outros	**1.672**	**1.672**	(395)	225
Subtotal	**(40.258)**	**(40.258)**	(45.385)	(44.765)
Base de cálculo	**379.501**	**379.501**	227.336	227.956
Alíquota	**25%**	**9%**	25%	9%
Impostos	**(94.875)**	**(34.155)**	(56.834)	(20.516)
Incentivos fiscais	**1.717**	**-**	-	-
Ajuste no cálculo de anos anteriores	**(479)**	**(455)**	-	-
Despesa com impostos	**(93.637)**	**(34.610)**	(56.834)	(20.516)

	Consolidado			
	2004		2003	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
	R$	R$	R$	R$
Composição dos tributos no resultado:				
Corrente	**(62.302)**	**(22.907)**	(18.933)	(6.317)
Diferido	**(31.335)**	**(11.703)**	(37.901)	(14.199)
Total de tributos	**(93.637)**	**(34.610)**	(56.834)	(20.516)
Demonstração do cálculo dos tributos:				
Resultado antes dos tributos	**419.759**	**419.759**	272.721	272.721
Adições (exclusões):				
Juros sobre o capital próprio – TJLP	**(43.000)**	**(43.000)**	(45.500)	(45.500)
Dividendos recebidos	**(51)**	**(51)**	-	-
Outros	**1.672**	**1.672**	115	735
Subtotal	**(41.379)**	**(41.379)**	(45.385)	(44.765)
Base de cálculo	**378.380**	**378.380**	227.336	227.956
Alíquota	**25%**	**9%**	25%	9%
Impostos	**(94.595)**	**(34.054)**	(56.834)	(20.516)
Incentivos fiscais	**1.717**	**-**	-	-
Provisão para realização – Minas PCH	**(280)**	**(101)**	-	-
Ajuste no cálculo de anos anteriores	**(479)**	**(455)**	-	-
Despesa com impostos	**(93.637)**	**(34.610)**	(56.834)	(20.516)

d) Demonstração da despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2004:

	Controladora e consolidado		
	IRPJ R$	CSLL R$	Total R$
Variação dos saldos dos tributos e das contribuições diferidos:			
Prejuízo fiscal	(27.448)	-	(27.448)
Base negativa de contribuição social	-	(9.817)	(9.817)
Diferenças temporárias – provisões	3.413	742	4.155
Subtotal	(24.035)	(9.075)	(33.110)
Benefício fiscal da amortização do ágio (nota explicativa nº 9)	(7.300)	(2.628)	(9.928)
Total	(31.335)	(11.703)	(43.038)

9. Tributos a Recuperar = Curto e Longos Prazos

Os tributos a recuperar referem-se ao benefício fiscal gerado pela incorporação do ágio da controladora pela Companhia. A movimentação no exercício é a seguinte:

	Controladora e consolidado			
	2004			2003
	Ágio R$	Provisão R$	Valor líquido R$	Valor líquido R$
Saldos oriundos da incorporação	**808.303**	**(541.563)**	**266.740**	266.740
Amortização acumulada	**(278.818)**	**185.443**	**(93.375)**	(83.447)
Saldos no final do exercício	**529.485**	**(356.120)**	**173.365**	183.293
Parcela de curto prazo			**11.427**	29.922
Parcela de longo prazo			**161.938**	153.371

O montante do ágio absorvido pela Tietê, em razão da incorporação de sua controladora AES Gás Ltda., tem como fundamento econômico a expectativa de resultados futuros e originalmente estava sendo amortizado até 31 de dezembro de 2003, de forma não linear, no prazo máximo de dez anos, de acordo com a projeção dos resultados futuros elaborada por consultores externos por ocasião da aquisição das ações pela Tietê.

Em 16 de dezembro de 2003, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL emitiu o Ofício nº 2.103/2003 - SFF/ANEEL estabelecendo a curva de amortização do ágio até o final do prazo de concessão previsto para 2029, sendo que as taxas de amortização variam entre 1,4096% e 6,7052% ao ano. Em 16 de janeiro de 2004, a ANEEL emitiu o Ofício nº 87/2004-SFF/ANEEL, complementando o Ofício nº 2.103 e estabelecendo que os efeitos da nova curva são aplicáveis a partir de 2004, não havendo necessidade de serem efetuados ajustes retroativos.

Em 13 de janeiro de 2004, a Comissão de Valores Mobiliários - CVM emitiu o Ofício/CVM/SEP/GEA-1 nº 012/2004, comunicando que: (i) a alteração na classificação para o imobilizado pode ser aceita, em razão de não alterar a essência da operação e compatibilizar o procedimento em face dos órgãos reguladores; (ii) a alteração do prazo de amortização em nada muda a essência da operação, mantendo inalterado o direito do acionista controlador, conforme previsto no artigo 7º da Instrução CVM nº 319/99; e (iii) não devem ser aplicados ajustes retroativos a exercícios anteriores em que a Companhia entende que seu critério está correto.

A partir de janeiro de 2004, o prazo de amortização do ágio e respectivo aproveitamento do crédito fiscal passaram a ser registrados de acordo com a nova curva estabelecida pela ANEEL (mudança de estimativa), conforme aprovação pela Assembléia Geral Extraordinária de 27 de abril de 2004.

De acordo com o requerido na Instrução CVM nº 349, para fins de apresentação das demonstrações contábeis, o valor líquido correspondente ao benefício fiscal, anteriormente descrito, está sendo apresentado no ativo circulante e no realizável a longo prazo, na rubrica "Tributos a recuperar", conforme a expectativa de sua realização. Em virtude de a amortização do ágio, a provisão e o respectivo benefício fiscal não produzirem efeitos no resultado do exercício, tais valores foram reclassificados na demonstração do resultado, para fins de apresentação, como despesa de imposto de renda e de contribuição social.

De acordo com o permitido na Instrução CVM nº 319, a reserva especial de ágio na incorporação, constante do patrimônio líquido da Companhia, será capitalizada em favor do acionista controlador, a Tietê, à medida que o benefício fiscal seja realizado. Até 31 de dezembro de 2004 o benefício fiscal gerado e registrado foi de R$ 93.375 (R$ 83.447 até 31 de dezembro de 2003), dos quais R$ 69.739 (R$ 59.811 até 31 de dezembro de 2003) já foram efetivamente realizados financeiramente e poderão ser utilizados para aumento de capital.

10. Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	2004	2003	2004	2003
	R$	R$	R$	R$
Investimento em controlada	**5.558**	6.679	**-**	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	**1.010**	-	**-**	-
Imóveis destinados a uso futuro	**1.520**	1.520	**1.520**	1.520
Total	**8.088**	8.199	**1.520**	1.520

A AES Minas PCH Ltda. é uma empresa operacional que detém a concessão para operação de pequenas centrais hidrelétricas. Em março de 2002, a Companhia adquiriu a totalidade das ações da AES Minas PCH Ltda. pelo valor de R$ 6.490 e em outubro de 2003 a Companhia aumentou o capital da controlada em R$ 873, com a subscrição de 873.000 novas quotas.

Informações sobre investimentos em controlada avaliados pelo método da equivalência patrimonial:

	2004	2003
Quantidade de quotas do capital social	**7.363.000**	7.363.000
Percentual de participação	**99,99%**	99,99%
Valor do capital social - R$	**7.363**	7.363
Valor do patrimônio líquido - R$	**5.558**	6.679
Resultado do exercício - R$	**(1.121)**	(510)

11. Imobilizado

a) A composição dos saldos do ativo imobilizado é a seguinte:

	Controladora e consolidado				Controladora e consolidado
	2004				2003
	Custo corrigido	Remuneração e encargos financeiros durante a construção	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
	R$	R$	R$	R$	R$
Taxa média anual de depreciação				**2,35%**	2,39%
Intangíveis	**2.941**	**1**	**-**	**2.942**	2.800
Terrenos	**87.300**	**63.728**	**-**	**151.028**	151.028
Reservatórios, barragens e adutoras	**977.380**	**729.101**	**(952.992)**	**753.489**	786.039
Edificações, obras civis e benfeitorias	**202.788**	**159.432**	**(242.310)**	**119.910**	128.743
Máquinas e equipamentos	**333.571**	**267.290**	**(378.642)**	**222.219**	237.929
Veículos	**1.872**	**-**	**(1.273)**	**599**	1.033
Móveis e utensílios	**9.452**	**-**	**(3.916)**	**5.536**	5.733
Imobilizado em serviço	**1.615.304**	**1.219.552**	**(1.579.133)**	**1.255.723**	1.313.305
Imobilizado em curso	**27.055**	**-**	**-**	**27.055**	14.828
Obrigações especiais	**(4.781)**	**-**	**-**	**(4.781)**	(4.781)
Total - controladora	**1.637.578**	**1.219.522**	**(1.579.133)**	**1.277.997**	1.323.352
AES Minas PCH Ltda.:					
Imobilizado em serviço	**4.876**	**-**	**(209)**	**4.667**	4.674
Imobilizado em curso	**65**	**-**	**-**	**65**	5
Total - controlada	**4.941**	**-**	**(209)**	**4.732**	4.679
Total - consolidado	**1.642.519**	**1.219.552**	**(1.579.342)**	**1.282.729**	1.328.031

b) Depreciação

A Companhia utiliza taxas de depreciação por categoria de bem estabelecidas nas Resoluções ANEEL nº 002 e nº 44, de 24 de dezembro de 1997 e de 18 de março de 1999, respectivamente.

Nos termos da legislação em vigor, as depreciações são calculadas e contabilizadas a partir da data da entrada em operação dos bens e das instalações transferidos para as imobilizações em serviço.

c) Dos bens vinculados à concessão

Os bens e as instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição e comercialização são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

d) Reversão dos bens à União

Conforme a subcláusula 2ª da cláusula 11 do Contrato de Concessão nº 92/99, assinado pela Tietê e ANEEL em 20 de dezembro de 1999, é estabelecido que no advento do termo final do Contrato os bens e as instalações vinculados à produção independente de energia elétrica nos Aproveitamentos Hidroelétricos passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados ainda não amortizados, desde que autorizados e apurados por auditoria da ANEEL.

e) Concessões novas

Conforme a Resolução ANEEL nº 665, de 26 de dezembro de 2001, a Tietê está autorizada a explorar o potencial hidráulico denominado PCH Carrapatos localizado no Município de Caconde, no Estado de São Paulo. De acordo com o cronograma estabelecido na Resolução, o início das obras e a entrada em operação comercial da primeira unidade estavam previstos para ocorrer em 15 de janeiro de 2002 e em 31 de outubro de 2003, respectivamente. Até a presente data, a Companhia não obteve aprovação dos Órgãos Ambientais para iniciar as obras. A potência instalada dessa PCH será de 21,6 MW.

f) Obrigações especiais (valor originário da cisão da Cesp)

Referem-se às contribuições recebidas do consumidor para possibilitar a execução de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica, e sua eventual liquidação ocorrerá de acordo com determinações do Poder Concedente.

g) Baixa de bens originários da Cesp

Durante 2003, foram identificados bens que já haviam sido transferidos aos Órgãos Públicos antes da privatização da Companhia; com isso, a Administração efetuou a baixa desses ativos, no montante de R$ 23.462, registrando como despesa não operacional.

12. Fornecedores

A composição da conta fornecedores é a seguinte:

	Controladora e consolidado	
	2004	2003
	R$	R$
Circulante:		
Provisão para energia de curto prazo e energia livre (*)	**39.440**	37.145
Encargos de conexão	**72**	2.796
Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST	**3.373**	1.544
Materiais e serviços	**4.524**	4.345
Total - controladora	**47.409**	45.830
AES Minas PCH Ltda.	**4**	7
Total – consolidado	**47.413**	45.837
Longo prazo:		
Provisão para energia de curto prazo e energia livre (*)	**61.792**	89.319

(*) Vide nota explicativa nº 21.

13. Empréstimos e Financiamentos

O saldo de empréstimos e financiamentos é composto da seguinte forma:

	Controladora e consolidado			
	2004			
	Encargos	Principal		
	Circulante	Circulante	Longo prazo	Total
	R$	R$	R$	R$
Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobrás	**6.071**	**123.481**	**1.431.016**	**1.560.568**

	Controladora e consolidado			
	2003			
	Encargos	Principal		
	Circulante	Circulante	Longo prazo	Total
	R$	R$	R$	R$
Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobrás	6.080	99.774	1.382.908	1.488.762

Contrato formalizado entre a Tietê e a Eletrobrás, proveniente da cisão da CESP. O saldo está sendo atualizado pela variação do IGP-M, acrescido de juros de 10% a.a., amortizado mensalmente, com vencimento final em 15 de maio de 2013.

Esse contrato estipula, como garantia dos valores vencidos e não pagos, que a receita própria da Companhia será passível de bloqueio em conta bancária, a qual poderá ser sacada mediante outorga de procuração para os representantes dos credores.

Em 31 de dezembro de 2004, as parcelas relativas ao principal dos empréstimos e financiamentos a longo prazo têm os seguintes vencimentos:

	Controladora e consolidado 2004
	R$
2005	123.480
2006	137.097
2007	151.453
2008	167.312
2009	184.832
Após 2009	790.323
Total	1.554.497

14. Obrigações Estimadas

	Controladora e consolidado	
	2004	2003
	R$	R$
Circulante:		
Juros sobre reversão aplicada	**23**	23
Provisão de férias e encargos	**3.213**	2.260
Provisão para participação nos lucros e resultados	**1.925**	1.793
Multas e juros	**2.872**	-
Outras provisões	**2.784**	676
Total - controladora	**10.817**	4.752
AES Minas PCH Ltda.	**-**	41
Total - consolidado	**10.817**	4.793
Longo prazo:		
RTE - variação monetária	**-**	1.594
Total - controladora	**-**	1.594
AES Minas PCH Ltda.	**75**	-
Total - consolidado	**75**	1.594

15. Provisões para Litígios e Contingências

	Controladora e consolidado	
	2004	2003
	R$	R$
Circulante		
Provisão para perdas sobre repasse da energia de Itaipu (nota explicativa nº 17)	**18.923**	19.278
Outros	**53**	-
Total	**18.976**	19.278
Longo prazo		
Trabalhistas (a)	**7.502**	7.725
PIS/Cofins (b)	**8.691**	3.142
Provisão para perdas sobre repasse da energia de Itaipu (nota explicativa nº 17)	**-**	1.962
Total	**16.193**	12.829

a) Existem ações de natureza trabalhista interpostas contra a Companhia, cujos valores não foram fixados de forma definitiva. A Administração da Companhia, com base na opinião de seus consultores legais, considera os valores provisionados suficientes para absorver eventuais perdas.

b) A Companhia questionou judicialmente a constitucionalidade da alteração referente ao aumento da alíquota da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins de 2% para 3%, instituída pela Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998. Em setembro de 2003, a Companhia protocolou pedido de desistência desse processo, tendo em vista a ocorrência de decisões desfavoráveis em processos da mesma natureza, compensando o valor da contingência no montante de R$ 19.520 com os respectivos depósitos judiciais.

A Companhia continua questionando a inclusão de outras receitas operacionais na base de cálculo tanto da Cofins quanto do PIS. Enquanto não se obtém decisão final sobre a matéria, as parcelas em discussão estão sendo depositadas em juízo mensalmente. Com o advento da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, a Companhia passou a recolher normalmente o aumento da base de cálculo do PIS e o aumento da alíquota da Cofins.

c) Em 23 de janeiro de 2003, foi obtida liminar assegurando o direito de a Companhia não efetuar a compra de energia elétrica proveniente de Itaipu. Essa liminar foi cassada em 26 de setembro de 2003 e restabelecida em 30 de setembro de 2003. Em 1º. de outubro de 2004, o Superior Tribunal de Justiça suspendeu a liminar. Em 5 de outubro de 2004, a Companhia protocolou um agravo regimental contestando a decisão do órgão de suspender a liminar. Com base neste agravo regimental, foi estabelecido o efeito "*ex nunc*" da decisão, ou seja a suspensão da liminar só valeria para o futuro. Nesse sentido os efeitos da tutela antecipada anteriormente concedida foram conservados para o período de janeiro de 2003 a setembro de 2004. Considerando que não há decisão definitiva desse processo, a Administração da Companhia decidiu manter o saldo dessa provisão.

   Em dezembro de 2004, a ANEEL emitiu Nota Técnica, alterando a distribuição das quotas de Itaipu a partir de janeiro de 2005 para o ano de 2005. A distribuição das quotas passou a ser feita somente entre as concessionárias de distribuição, ou seja, a Companhia sendo uma concessionária geradora, deixou de ser quotista de Itaipu.

A ANEEL emitiu Auto de Infração - AI nº 006/2002-SFF, datado de 22 de dezembro de 2002, no valor de R$ 7.391, refletindo sua posição contrária à redução de capital no valor de R$ 160.000 efetuada pela Companhia em 14 de junho de 2002. A Administração da Companhia apresentou defesa administrativa e considera, com base na opinião de seus consultores legais, que a probabilidade de ganho é possível. Dessa forma, não registrou provisão para essa finalidade.

16. Capital Social e Reservas

a) Capital social

   O capital social autorizado da Companhia é de R$ 4.600.000, sendo R$ 2.383.260 em ações ordinárias e R$ 2.216.740 em ações preferenciais. O capital social integralizado no montante de R$ 147.416, em 31 de dezembro de 2004, está representado por 93.698.262 mil ações, sendo 48.541.652 mil ações ordinárias e 45.156.610 mil ações preferenciais, todas nominativas escriturais e sem valor nominal.

   As ações preferenciais não têm direito a voto e são irresgatáveis. No entanto, têm prioridade no reembolso de capital e direito a dividendos, não cumulativos, de 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias e direito de participar dos aumentos de capital, decorrentes da capitalização de reservas e lucros em igualdade de condições com as ações ordinárias, com exceção da reserva especial de ágio que

será objeto de capitalização em proveito do acionista controlador, (nota explicativa nº 9).

b) Reservas

	Controladora	
	2004	2003
Composição dos saldos das reservas:	R$	R$
Reservas de capital		
Reserva especial de ágio na incorporação	**266.740**	266.740
Remuneração das imobilizações em curso - capital próprio	**17.613**	17.613
Outras reservas de capital	**2.204**	2.204
	286.557	286.557
Reserva de lucro		
Reserva legal	**24.347**	9.769

c) Assembléia Geral Ordinária de 27 de abril de 2004

Na AGO de 27/04/04 foi aprovada pelos acionistas presentes a distribuição dos dividendos remanescentes do exercício findo em 31 de dezembro de 2003 no valor de R$ 87.435, sendo R$ 0,890251 por lote de mil ações ordinárias e R$ 0,979276 por lote de mil ações preferenciais.

d) Na reunião do Conselho de Administração realizada em 19/07/2004, foi aprovada pelos Conselheiros a distribuição do montante de R$ 66.625, a título de dividendos, correspondente à parcela de 50% do lucro líquido apurado em 30 de junho de 2004, sendo R$ 0,678370 por lote de 1.000 ações ordinárias e R$ 0,746207 por lote de 1.000 ações preferenciais. Foi esclarecido, ainda, que os dividendos devidos ao acionista controlador (AES Tietê Empreendimentos S.A.), foram retidos na Companhia para pagamento do contrato de mútuo firmado em dezembro de 2002, conforme disposição do 1º Termo Aditivo ao Contrato de Mútuo.

e) Na reunião do Conselho de Administração realizada em 10/11/2004, foi aprovada pelos Conselheiros a distribuição do montante de R$ 66.184, correspondente à parcela de 95% do lucro líquido apurado no trimestre findo em 30 de setembro de 2004, após descontada a reserva legal de 5%. O referido valor foi pago como segue: (i) R$ 23.184, a título de dividendos, isento de IRRF, sendo R$ 0,236054 por lote de 1.000 ações ordinárias e R$ 0,259659 por lote de 1.000 ações preferenciais; e (ii) R$ 43.000 a título de pagamento de juros sobre capital próprio, sendo R$ 0,437820 por lote de 1.000 ações ordinárias e R$ 0,481602 por lote de 1.000 ações preferenciais. Foi aprovado, também, o pagamento dos dividendos remanescente referentes ao 1º semestre de 2004 no valor de R$ 66.625, após descontada a reserva

legal de 5%, isento de IRRF, sendo R$ 0,678370 por lote de 1.000 ações ordinárias e R$ 0,746207 por lote de 1.000 ações preferenciais.

17. Suprimentos, Compra e Transporte de Energia Elétrica

	Controladora e consolidado			
	2004		2003	
	MWh (*)	R$	MWh (*)	R$
Geração própria/outras:				
Contratos iniciais	**5.543.938**	**418.235**	8.297.580	536.211
Contrato bilateral	**5.561.357**	**619.354**	2.759.400	263.717
Energia livre e energia de curto prazo	**-**	**10.642**	-	13.745
Total – controladora	**11.105.295**	**1.048.231**	11.056.980	813.673
AES Minas PCH Ltda.	**-**	**73**	-	177
Total – consolidado	**11.105.295**	**1.048.304**	11.056.980	813.850
Energia elétrica comprada:				
Itaipu – revenda	**254.751**	**6.584**	254.794	1.705
Contratos bilaterais	**293.592**	**12.464**	-	-
Energia livre e energia de curto prazo	**-**	**17.349**	-	22.265
Encargos de transmissão	**-**	**28.767**	-	12.005
Encargos de conexão	**-**	**12.904**	-	22.149
Total – controladora	**548.343**	**78.068**	254.794	58.124
AES Minas PCH Ltda. - eliminação	**-**	**(316)**	-	(173)
Total – consolidado	**548.343**	**77.752**	254.794	57.951

(*) Informações não auditadas.

a) Até 23 de janeiro de 2003, a Companhia comprava uma média mensal de 36 MW médios de Itaipu, para suprir algumas distribuidoras. Essa compra não se caracterizava como repasse de energia de Itaipu, o que a obrigava a efetuar a compra com preço estipulado em dólares norte-americanos e a vender com tarifas fixadas em reais, gerando um prejuízo mensal de aproximadamente R$ 570. A Companhia tem uma provisão para perdas sobre repasse de energia de Itaipu, no montante de R$18.923 (nota explicativa nº 15.c.).

b) Em decorrência do aumento da alíquota do PIS/COFINS para contratos de longo prazo, conforme estabelecido na IN 468/04, de 8 de novembro de 2004, a Companhia faturou para a Eletropaulo o valor de R$ 16.230, correspondente à parcela desse aumento sobre o contrato bilateral. Em razão da negociação para recebimento desse valor, foi constituída provisão de 100%.

18. Despesas Operacionais

	Controladora e consolidado	
	2004	2003
	R$	R$
Despesas Gerais e Administrativas:		
Pessoal	**9.616**	11.485
Material	**179**	(20)
Serviço de terceiros	**12.293**	9.069
Depreciação e amortização	**273**	240
Provisões operacionais	**4.110**	2.192
Total – controladora	**26.471**	22.966
AES Minas PCH Ltda.	**591**	158
Total – consolidado	**27.062**	23.124

	Controladora e consolidado	
	2004	2003
	R$	R$
Outras Despesas Operacionais:		
Taxa de fiscalização	**3.776**	3.237
Aluguéis	**905**	536
Doações	**138**	409
Outros	**685**	1.030
Total – controladora	**5.504**	5.212
AES Minas PCH Ltda.	**33**	9
Total – consolidado	**5.537**	5.221

19. Plano de Suplementação de Aposentadoria e Pensão

Plano de benefícios de aposentadoria e pensão

A Tietê patrocina um plano de benefícios de aposentadoria e pensão para seus empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários, com o objetivo de suplementar os benefícios fornecidos pelo sistema oficial da previdência social. O plano tem como característica principal o modelo misto, composto de 70% como Benefício Definido - BD e 30% como Contribuição Definida - CD.

Com base na avaliação atuarial elaborada por atuários independentes em 31 de dezembro de 2004, seguindo os critérios determinados pela Deliberação CVM nº 371, não existem passivos adicionais a serem reconhecidos na data do balanço patrimonial da Tietê, exceto aqueles já reconhecidos na forma da confissão de dívida ou empréstimo relativo às retenções de reservas, cujos contratos foram assinados antes da privatização da Companhia, cujos saldos estão detalhados como "Operações financeiras com a Fundação Cesp".

Avaliação atuarial preparada por atuários independentes

a) *Premissas atuariais*

	Taxa	
	Real	Nominal
Premissas econômicas:		
Taxa de desconto	8,01% a.a.	12,33% a.a.
Taxa de retorno esperada sobre os ativos (investimentos) dos planos	8,01% a.a.	12,33% a.a.
Taxa de crescimento salarial futuro	3% a.a.	7,12% a.a.
Taxa de reajuste de benefícios	0% a.a.	4% a.a.
Taxa da inflação esperada	4% a.a.	4% a.a.
Premissas demográficas:		
Mortalidade	UP 94 agravada	
Entrada em invalidez	Tábua Mercer	
Mortalidade de inválidos	IAPB 57	
Rotatividade	0,30 (Serviço + 1)	

b) *Avaliação atuarial*

	Controladora e consolidado	
	2004	**2003**
	R$	**R$**
Valor presente das obrigações atuariais	**111.834**	122.494
Valor justo dos ativos do plano	**(112.535)**	(87.602)
Obrigação descoberta	**(701)**	34.892
Ganho (Perda) atuarial não reconhecido	**19.279**	(11.614)
Passivo a ser reconhecido no balanço patrimonial	**18.578**	23.278
Passivo reconhecido no balanço patrimonial (A)	**25.155**	31.080
Ativo (superávit) não reconhecido no balanço patrimonial (*)	**6.577**	7.802

(*) Esses valores não são registrados como ativo da Companhia em virtude da existência do contrato de confissão de dívida firmado antes da privatização da antiga Cesp.

c) *Conciliação contábil do passivo registrado (curto e longo prazos)*

	Controladora e consolidado	
	2004	**2003**
	R$	**R$**
Saldo inicial	**31.080**	32.360
Despesa do exercício	**2.946**	1.207
Outras despesas	**-**	3.775
Pagamento de contribuições/amortizações da dívida	**(8.871)**	(6.262)
Saldo final (A)	**25.155**	31.080

d) *Operações financeiras com a Fundação Cesp*

As operações financeiras com a Fundação Cesp (entidade administradora dos planos de benefícios), registradas no passivo circulante e exigível a longo prazo, estão sumariadas conforme segue:

	Controladora e consolidado			Controladora e consolidado		
	2004			2003		
	Circulante	Longo prazo	Total	Circulante	Longo prazo	Total
	R$	R$	R$	R$	R$	R$
Fundação Cesp II (1)	**4.717**	**-**	**4.717**	3.856	4.206	8.062
Fundação Cesp III (2)	**1.524**	**18.914**	**20.438**	1.374	21.644	23.018
Total (A)	**6.241**	**18.914**	**25.155**	5.230	25.850	31.080

(1) Empréstimos referentes às retenções de reservas, com vencimento final para 30 de novembro de 2005, cujos encargos são calculados com base na variação do custo atuarial do Plano de Suplementação de Aposentadoria e Pensão dos Empregados da Companhia ou na variação da TR, acrescida de juros de 8% ao ano, dos dois o maior, sendo estes incorporados mensalmente ao valor do principal.

(2) Contrato de Confissão de Dívida para financiamento de déficit atuarial, referente ao Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS, com vencimento final em 30 de novembro de 2017. O saldo desse contrato é atualizado pela variação do custo atuarial, ou pela variação do IGP-DI, acrescida de juros de 6% ao ano, dos dois o maior.

e) *Despesa a ser reconhecida*

Os valores previstos para o exercício de 2005 são os seguintes:

	Controladora e consolidado
	R$
Custo do serviço corrente (com juros)	1.479
Juros sobre obrigações atuariais	13.338
Rendimento esperado dos ativos do plano	(13.920)
Amortização de (ganhos) perdas atuariais	(261)
Subtotal	636
Contribuições esperadas dos participantes	(433)
Total da despesa líquida	203
Despesas administrativas	145
Total	348

20. Instrumentos Financeiros

As operações da Companhia compreendem a geração, a compra e a venda de energia elétrica para companhias distribuidoras. As vendas são efetuadas por meio dos denominados "contratos iniciais", assinados em período anterior ao da privatização da Companhia e dos denominados "contratos bilaterais", que determinam a quantidade e o preço de venda da energia elétrica. O valor da tarifa é reajustado anualmente pela variação do IGP-M. Eventuais diferenças entre a quantidade de energia gerada e o somatório das quantidades vendidas por meio de contratos (faltas ou sobras) são ajustadas por meio das regras de mercado e liquidadas no mercado de curto prazo (MAE). Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Companhia podem ser assim enumerados:

a) Risco de crédito: as vendas de energia efetuadas com base nos contratos iniciais estão garantidas pelos recebíveis das companhias distribuidoras, tendo a Companhia o direito de requerer o bloqueio das contas bancárias de seus clientes (revendedores) até a recuperação do valor total a receber.

b) Risco de preço: o preço da energia elétrica vendida para as distribuidoras está, atualmente, no nível dos preços determinados nos contratos iniciais (preço médio em 2004 – R$ 75,44 por MWh e 2003 - R$ 64,62 por MWh) firmados antes da privatização da Companhia, e contratos bilaterais (preço médio em 2004 - R$ 111,36 por MWh), cujos preços estão em torno do valor normativo e têm anuência da ANEEL. Eventuais sobras ou faltas de energia em relação às quantidades determinadas nos contratos iniciais e bilaterais terão o seu preço determinado no mercado de curto prazo (MAE).

c) Risco de taxas de juros e indexadores: o principal empréstimo da Companhia tem encargos financeiros correspondentes a juros de 10% ao ano mais variação do IGP-M. Conseqüentemente, o resultado da Companhia é afetado pela variação desse índice de preços. O impacto causado pela variação do IGP-M sobre os empréstimos é minimizado, em parte, pelo aumento dos preços nos contratos iniciais que também estão indexados à variação desse índice.

d) Risco de taxa de câmbio: uma parte das aplicações financeiras são afetadas pelo fator de risco de mercado de taxa de câmbio (dólar norte-americano).

Instrumentos financeiros no balanço patrimonial

- As aplicações financeiras foram efetuadas em fundos com liquidez imediata e estão ajustadas pelo valor das quotas desses fundos em 31 de dezembro de 2004.

- Os empréstimos e financiamentos referem-se a empréstimo concedido pela Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobrás atualizado pela variação do IGP-M, com juros de 10% ao ano e com vencimento para 15 de maio de 2013. O valor de mercado se aproxima do valor contábil.

- As obrigações com a Fundação Cesp referem-se a contrato de empréstimo relativo às retenções de reserva, com vencimento final para 30 de novembro de 2005, atualizadas pela TR + 8% ao ano ou custo atuarial, dos dois o maior, e contrato de confissão de dívida para financiamento do déficit atuarial, com vencimento final em 30 de novembro de 2017, atualizado pela variação da TR + 8% ao ano ou custo atuarial, dos dois o maior. O saldo contábil dessa dívida é de R$ 25.155 em 31 de dezembro de 2004 e o seu respectivo valor de mercado é estimado em R$ 19.786.

21. Assuntos Regulatórios

Acordo Geral do Setor Elétrico

O Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica ("Programa de Racionamento") foi criado pela Medida Provisória nº 2.198, de 24 de agosto de 2001, com o objetivo de compatibilizar a demanda de energia com a oferta, a fim de evitar interrupções intempestivas ou imprevistas do suprimento de energia. Em média, a redução de energia prevista por esse programa foi de 20% em relação ao consumo verificado nos meses de maio, junho e julho de 2000. Esse programa vigorou de junho de 2001 até 1º de março de 2002, data em que o governo considerou normalizada a situação hidrológica.

Em conseqüência dessa redução forçada da demanda pela intervenção do Estado, as empresas concessionárias de energia elétrica, tanto geradoras quanto distribuidoras, tiveram redução de suas margens de lucro, pois as estruturas físicas dessas empresas, bem como a de pessoal, não puderam ser reduzidas na proporção da redução de consumo prevista naquele programa. Assim, ficaram mantidos os custos fixos e encargos de financiamentos sem a correspondente receita.

Em dezembro de 2001, para solucionar a questão, o governo e as empresas de energia elétrica firmaram o Acordo Geral do Setor Elétrico com as concessionárias distribuidoras e as geradoras de energia elétrica sobre o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos existentes e a recomposição de receitas relativas ao período de vigência do Programa de Racionamento.

Entre as principais resoluções aprovadas pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, destacamos aquelas diretamente relacionadas com as concessionárias geradoras:

a) As concessionárias distribuidoras alcançadas pela "recomposição tarifária extraordinária" (RTE) deverão pagar às geradoras, com relação ao período de vigência do racionamento, os valores dos contratos iniciais e equivalentes, com redução proporcional àquela aplicada às concessionárias distribuidoras. Essa redução foi de 2,3%. Em 13 de agosto de 2002, a ANEEL informou à Companhia que o fator de redução foi alterado de 2,3% para 6,3%.

b) A parcela das despesas com a compra de energia no âmbito do MAE, relativa à recompra de excedentes de contratos iniciais e equivalentes, realizada até a data do final do racionamento, será repassada aos consumidores atendidos pelo Sistema Elétrico Interligado Nacional e recebida pelas empresas geradoras por meio da RTE. A partir de março até dezembro de 2002, as empresas geradoras compraram das empresas distribuidoras os excedentes do contrato inicial pelo preço de R$ 79,26/MWh.

c) A parcela das despesas com a compra de energia no âmbito do MAE (energia livre), realizadas até o final do racionamento, que excederam o valor de R$ 49,26/MWh, será repassada aos consumidores atendidos pelo Sistema Elétrico Interligado Nacional e recebida pelas empresas geradoras por meio da RTE.

Para eliminação de reprodução de controvérsia relativa à recompra de excedentes de contratos iniciais e equivalentes, inclusive ao denominado Acordo de Recompra, a parcela das despesas com a compra de energia no âmbito do CCEE, realizadas até dezembro de 2002, decorrentes da redução da geração de energia elétrica nas usinas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE e consideradas nos denominados contratos iniciais e equivalentes, foi repassada aos consumidores atendidos pelo Sistema Elétrico Interligado Nacional, bem como relativa à aplicação do Anexo V dos contratos iniciais, foi firmada por concessionárias distribuidoras e geradoras, como condição necessária para a homologação pela ANEEL do montante referente à recomposição tarifária extraordinária da receita no racionamento, termo aditivo aos contratos iniciais e equivalentes, assim definidos em Resolução da ANEEL, que incluiu a fórmula substitutiva a esse Anexo V.

O mecanismo da cobrança dos valores referentes aos itens (a), (b) e (c), denominados como energia livre, é a "Recomposição Tarifária Extraordinária" (RTE), ou seja, as concessionárias distribuidoras cobram em suas tarifas um adicional de 2,9% para os consumidores residenciais e de 7,9% para os demais consumidores por um período determinado pela ANEEL para sua recuperação. As concessionárias geradoras recebem parte desses valores mensalmente por meio do Acordo de Repasse. Para cada R$ 1,00 arrecadado adicionalmente nas contas de energia a título de RTE, 73,46% são utilizados para o pagamento do saldo de energia livre para as empresas geradoras. O montante arrecadado mensalmente é proporcionalmente repassado para as empresas de geração na forma de reembolso. Os saldos de energia livre são atualizados pela variação da Selic, acrescidos de juros de 1% a.a.

Os saldos a receber e a pagar de energia livre em 31 dezembro de 2004 são os seguintes:

	Número de Instrumento de homologação	Valor homologado	Remuneração acumulada até 31.12.2004	Valor amortizado até 31.12.2004	Saldo a amortizar em 31.12.2004
Contas a receber de revendedores	Resoluções nsº 01/04 e 45/04	143.298	46.099	(59.502)	129.895
Contas a pagar a supridores	Resoluções nsº 01/04 e 45/04	120.430	21.076	(50.378)	91.128
Saldo líquido		22.868	25.023	(9.124)	38.767

De acordo com estudo detalhado, preparado pela Administração da Companhia, o prazo determinado pela ANEEL para as empresas de distribuição recuperarem a RTE, e reembolsarem a empresas de geração, é suficiente para a recuperação da energia livre registrada nesta Companhia.

Energia no Curto Prazo - CCEE

Em 31 de dezembro de 2004, o saldo da conta de revendedores (nota explicativa nº 7) e/ou fornecedores (nota explicativa nº 13) inclui a contabilização dos valores referentes à comercialização de energia no curto prazo, no montante a receber de R$ 1.083 (R$ 2.795 em 31 de dezembro de 2003) e no montante a pagar de R$ 1.120 (R$ 3.558 em 31 de dezembro de 2003), calculados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE mensalmente. De acordo com as regras vigentes, os valores das transações da energia de curto prazo não liquidados nas datas programadas deverão ser negociados bilateralmente entre os agentes de mercado.Os montantes de energia no curto prazo e da energia livre relativos à comercialização realizada no período de 1º de setembro de 2000 a 31 de dezembro de 2002 podem estar sujeitos a modificações dependendo da decisão dos processos judiciais em andamento, movidos por determinadas empresas do setor, relativos, em sua maioria, à interpretação das regras do mercado em vigor. Essas empresas, não incluídas na área do racionamento, obtiveram liminar que torna sem efeito o Despacho da ANEEL nº 288, de 16 de maio de 2002, que teve como objetivo o esclarecimento às empresas do setor sobre o tratamento e a forma de aplicação de determinadas regras de contabilização da CCEE, incluídas no Acordo Geral do Setor Elétrico. O pleito dessas empresas, situadas na região Sul, envolve, entre outras, a comercialização da cota-parte de Itaipu no submercado Sudeste/Centro-Oeste especialmente durante o período de racionamento em 2001, quando havia discrepância significativa de preços na energia de curto prazo entre os dois submercados. Os montantes originais *sub judice* relativos àquele período são: (a) R$ 49.753 (vendas); (b) R$ 281.749 (compras e encargos do serviço do sistema). Desse total já foi liquidado até 31 de dezembro de 2003 o montante líquido a receber de R$ 111.546, e sobre o saldo

remanescente a pagar no montante de R$ 120.430, 96,5% foram objeto de acordo com os credores no CCEE, e estão sendo amortizados em até 49 parcelas mensais e consecutivas a partir do mês de janeiro de 2004, acrescidas da variação da SELIC mais juros de 1% a.a., 1,5% foi liquidado no decorrer do exercício de 2004, e 2,0% estão em processo de negociação.

Impactos do Novo Modelo do Setor Elétrico

Comercialização de Energia Elétrica e Outorga de Concessões

Em 30 de julho de 2004, o Governo Federal promulgou o Decreto nº 5.163, que (i) regulamenta a comercialização de energia elétrica nos Ambientes de Contratação Regulada e Livre e (ii) dispõe sobre o processo de outorga de concessões e autorizações para geração de energia elétrica. Suas principais disposições versam sobre:

- Regras gerais de comercialização de energia elétrica;

- Comercialização de energia elétrica no Ambiente de Contratação Regulada (incluindo as regras sobre informações e declarações de necessidades de energia elétrica, leilões para compra de energia elétrica, contratos de compra e venda de energia elétrica e repasse às tarifas dos consumidores);

- Comercialização e liquidação de diferenças no mercado de curto prazo; e

- Outorgas de concessão

Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico – CMSE

Em 9 de agosto de 2004, o Governo Federal promulgou o Decreto nº 5.175, que cria o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico – CMSE, que será presidido e coordenado pelo MME e composto por representantes da ANEEL, da Agência Nacional de Petróleo, da CCEE, da EPE e do ONS. As principais atribuições do CMSE serão (i) acompanhar as atividades do setor energético, (ii) avaliar as condições de abastecimento e atendimento ao mercado de energia elétrica e (iii) elaborar propostas de ações preventivas ou saneadoras visando à manutenção ou restauração da segurança no abastecimento e no atendimento eletroenergético, encaminhando-as ao CNPE.

Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE

O MAE será extinto e suas atividades e ativos serão absorvidos pela nova CCEE dentro de 90 dias da publicação do Decreto nº 5.177, de 12 de agosto de 2004.

De acordo com o referido decreto, a CCEE será constituída sob a forma de pessoa jurídica de direito privado sob a regulamentação e fiscalização da ANEEL.

A finalidade da CCEE é viabilizar a comercialização de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional, promovendo, desde que delegado pela ANEEL, os leilões de compra e venda de energia elétrica. A CCEE será responsável (i) pelo registro de todos os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR e os contratos resultantes dos leilões de ajustes, bem como dos montantes do potência e energia dos contratos celebrados no Ambiente de Contratação Livre – ACL, e (ii) pela contabilização e liquidação dos montantes de energia elétrica comercializados no mercado de curto prazo, dentre outras atribuições.

A CCEE será composta pelos concessionários, permissionários e autorizados de serviços de energia elétrica e pelos consumidores livres e o seu conselho de administração será composto de cinco membros, sendo quatro indicados pelos referidos agentes e um pelo MME, que será o seu presidente.

Empresa de Pesquisa Energética – EPE

Em 16 de agosto de 2004 por meio do Decreto nº 5.184, o Governo Federal criou a Empresa de Pesquisa Energética – EPE e aprovou o seu estatuto social. A EPE é uma empresa pública federal, responsável pela condução de estudos e pesquisas destinadas a subsidiar o planejamento do setor energético, incluindo as indústrias de energia elétrica, petróleo e gás natural e seus derivados, carvão mineral, fontes energéticas renováveis, bem como na área de eficiência energética. Os estudos e as pesquisas desenvolvidos pela EPE subsidiarão a formulação, o planejamento e a implementação de ações do MME no âmbito da política energética nacional.

Impactos do Primeiro Leilão de Compra e Venda de Energia

A Administração da Companhia entende que esse novo modelo não causou e nem irá causar impactos relevantes nas suas operações a curto e médio prazos da Companhia, principalmente em razão do compromisso já assumido pelo atual Governo de garantir o cumprimento dos contratos iniciais e bilaterais já firmados.

22. Seguros (Não Auditada)

Em 31 de dezembro de 2004, a cobertura de seguros, considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil, é resumida como segue:

Risco	Data de vigência		Importância	
	De	Até	Segurada	Prêmio
Riscos operacionais	04/04/04	04/04/05	578.600	4.445
Responsabilidade civil	01/06/04	01/06/05	32.197	505
Responsabilidade civil – Diretoria	18/10/04	18/10/05	14.308	201

23. Informações Suplementares

a) Demonstrações do fluxo de caixa da controladora para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2004 e de 2003:

	2004	2003
	R$	R$
Lucro líquido do exercício	**291.512**	195.371
Despesas (receitas) que não afetam o caixa:		
Depreciação	**63.449**	64.117
Variação monetária	**177.003**	108.104
Provisão para litígios e contingências	**5.326**	2.761
Desativação de bens e direitos	**74**	23.583
Equivalência patrimonial	**1.121**	510
Tributos e contribuições sociais diferidos	**43.038**	52.100
Variações no ativo circulante e realizável a longo prazo:		
Revendedores	**25.941**	64.403
Contas a receber de partes relacionadas	**4.530**	(37.702)
Tributos e contribuições sociais	**13.090**	9.773
Almoxarifado	**(228)**	181
Cauções e depósitos vinculados e outros créditos	**(20.032)**	(1.428)
Despesas pagas antecipadamente	**(814)**	(1.412)
Variações no passivo circulante e exigível a longo prazo:		
Fornecedores	**(28.261)**	(133.477)
Folha de pagamento	**714**	(187)
Tributos e contribuições sociais	**42.695**	544
Obrigações estimadas	**4.471**	3.472
Encargos do consumidor a recolher	**1.164**	1.599
Total das atividades operacionais	**624.793**	352.312
Atividades de investimento:		
Aquisição de bens do imobilizado	**(17.668)**	(8.923)
Aumento em investimentos	**(1.010)**	(273)
Aumento do diferido	**(4.056)**	(3.441)
Total das atividades de investimento	**(22.734)**	(12.637)
Atividades de financiamento:		
Dividendos, redução de capital e juros sobre o capital próprio pagos	**(286.660)**	(98.097)
Empréstimo a parte relacionada	**18.960**	34.300
Pagamentos de empréstimos	**(111.123)**	(82.254)
Total das atividades de financiamento	**(378.823)**	(146.051)
Variação no saldo de caixa e equivalentes de caixa	**223.236**	193.624
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**266.183**	72.559
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	**489.419**	266.183
Informações suplementares:		
Juros pagos no exercício	**148.710**	135.985
Impostos pagos no exercício	**23.455**	25.250

b) Demonstração do valor adicionado da controladora para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2004 e de 2003:

	2004	2003
	R$	R$
Receitas		
Venda de energia e serviços	**1.050.231**	815.309
Resultado não operacional	**13**	(23.689)
	1.050.244	791.620
(-) Insumos adquiridos de terceiros:		
Energia comprada para revenda	**78.068**	58.124
Material e serviços de terceiros	**25.870**	19.417
Compensação financeira para utilização de recursos hídricos	**35.535**	32.438
Outras despesas/provisões operacionais	**39.460**	32.172
	178.933	142.151
(=) Valor adicionado bruto	**871.311**	649.469
(-) Quota de reintegração	**63.449**	64.117
(=) Valor adicionado líquido	**807.862**	585.352
Receitas financeiras	**78.200**	13.479
(=) Valor adicionado a distribuir	**886.062**	598.831

14.01 – NOTAS EXPLICATIVAS

	2004	2003
	R$	R$
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remunerações	**13.957**	12.800
Encargos sociais (exceto INSS)	**2.611**	1.669
Entidade de previdência privada	**(3.362)**	358
Auxílio-alimentação/vale-transporte	**1.324**	1.015
Indenizações	**521**	330
Provisões e outros	**2.803**	2.419
Assistência médica	**1.142**	880
Participação nos resultados	**2.703**	2.541
	21.699	22.012
Governo		
PIS/Cofins	**66.957**	33.914
INSS	**3.731**	2.991
Imposto de renda e contribuição social	**128.247**	77.350
	198.935	114.255
Financiadores		
Despesas financeiras	**157.585**	142.188
Variações monetárias - líquidas	**216.331**	125.005
	373.916	267.193
Acionistas		
Juros sobre o capital próprio - TJLP	**43.000**	45.500
Dividendos pagos	**156.434**	52.667
Dividendos propostos	**77.500**	87.435
Reserva legal	**14.578**	9.769
	291.512	195.371
Valor adicionado distribuído	**886.062**	598.831

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01835-0	AES TIETÊ S.A.	02.998.609/0001-27

ÍNDICE

GRUPO	QUADRO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
01	01	IDENTIFICAÇÃO	1
01	02	SEDE	1
01	03	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)	1
01	04	REFERÊNCIA DO DFP	1
01	05	COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	2
01	06	CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA	2
01	07	SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	2
01	08	PROVENTOS EM DINHEIRO	2
01	09	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	2
02	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO	4
02	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO	5
03	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	7
04	01	DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS	9
05	01	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2004 A 31/12/2004	11
05	02	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2003 A 31/12/2003	12
05	03	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2002 A 31/12/2002	13
07	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO	14
07	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO	15
08	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO	17
09	01	DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS CONSOLIDADAS	19
12	01	PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - SEM RESSALVA	20
13	01	RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	22
14	01	NOTAS EXPLICATIVAS	30/71